

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO**

HORTÊNCIA MARIA NICÁCIO NOGUEIRA

**CATALOGAÇÃO NAS BIBLIOTECAS ESCOLARES DA REDE PARTICULAR
DE ARACAJU**

**SÃO CRISTÓVÃO/SE
2019**

HORTÊNCIA MARIA NICÁCIO NOGUEIRA

**CATALOGAÇÃO NAS BIBLIOTECAS ESCOLARES DA REDE PARTICULAR
DE ARACAJU**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Ciência de Informação da Universidade Federal de Sergipe para obtenção do grau de bacharel em Biblioteconomia e documentação.

Orientadora: Dra. Janaina Fialho

SÃO CRISTÓVÃO/SE

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

N778c	<p>Nogueira, Hortência Maria Nicácio</p> <p>Catalogação nas bibliotecas escolares da rede particular de Aracaju [manuscrito] / Hortência Maria Nicácio Nogueira ; orientadora profª. Dra. Janaina Ferreira Fialho Costa. - São Cristóvão, 2019.</p> <p>59. f.: il.</p> <p>Trabalho de conclusão de curso (graduação em Biblioteconomia e Documentação) – Universidade Federal de Sergipe, Departamento de Ciência da Informação, 2019.</p> <p>1. Biblioteca escolar. 2. Catalogação. 3. MARC 21. I. Costa, Janaina Ferreira Fialho, orient. II. Título.</p> <p>CDU:025.3 CDD: 025</p>
-------	---

Fabiana Bispo Santos Cruz - CRB 5/1964

**CATALOGAÇÃO NAS BIBLIOTECAS ESCOLARES DA REDE PARTICULAR DE
ENSINO DE ARACAJU**

Hortência Maria Nicácio Nogueira

**Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Departamento de
Ciência da Informação da Universidade
Federal de Sergipe para obtenção do
grau de bacharel em Biblioteconomia e
Documentação.**

Nota:_____

Data de apresentação:_____

BANCA EXAMINADORA

**Prof.(a)Dra. Janaina Fialho
(orientadora)**

**Prof.(a) Dra. Niliane Aguiar
(Membro convidado Interno)**

**Prof.(o) Me. Diego Armando de Oliveira Meneses
(Membro convidado Interno)**

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a DEUS, por ter me dado o dom da vida e no decorrer da minha longa caminhada ele me assistiu, através dos ensinamentos passados pelos meus pais.

Aos meus pais Otília e Ionas (em memória) por todo amor dedicado a mim nessa longa caminhada, aos meus irmãos pelo apoio e incentivo, aos demais familiares que sempre estiveram na torcida.

À minha orientadora Janaina Fialho, por exigir de mim muito mais do que eu imaginava ser capaz, agradeço as longas tarde no *shopping* (rsrsrs), pela paciência, incentivo se não fosse ela com toda sua dedicação e carinho não seria possível concluir mais essa fase na minha vida.

Agradeço aos demais professores que também me ajudaram a passar esta etapa no meu crescimento de vida.

Agradeço aos professores Niliane Aguiar e Diego Meneses por terem aceito fazer parte da banca examinadora .

Muito obrigada a todos.

Dedico este trabalho a meu pai, que sempre me ensinou que, mesmo com todas as dificuldades da vida, tudo é possível. Vale a pena crer na vida, ser persistente a acreditar em dias melhores.

RESUMO

Este trabalho trata sobre a catalogação das bibliotecas escolares da rede particular de ensino de Aracaju, por meio do estudo da aplicação de um questionário às gestoras das bibliotecas escolares do município de Aracaju. Foram identificados os campos do formato MARC 21 utilizados na catalogação dos acervos das bibliotecas, bem como os *softwares* usados no sistema de automação das bibliotecas. A pesquisa tem abordagem quantitativa e descritiva e o instrumento de coleta de dados aplicado às oito bibliotecas foi o questionário. As bibliotecas utilizam em sua maioria softwares proprietários, são geridas por bibliotecários e utilizam o formato MARC 21 para a catalogação, mas enfrentam problemas como falta de investimento e desvalorização do profissional. Recomenda-se estudos futuros para uma melhor visualização de cenário sergipano.

Palavras-chave: Biblioteca escolar- Aracaju. *Software* livre. *Software* proprietário. MARC 21. Catalogação.

ABSTRACT

This work deals with the cataloging of school libraries of the Aracaju private school network, through the study of the application of a questionnaire to the managers of school libraries in the city of Aracaju. The fields of the MARC 21 format used in the cataloging of library collections and the software used in the library automation system were identified. The research has a quantitative and descriptive approach and the instrument of data collection applied to the eight libraries was the questionnaire. Libraries mostly use proprietary software, are managed by librarians and use the MARC 21 format for cataloging, but face problems such as lack of investment and devaluation of the professional. Future studies are recommended for a better visualization of the Sergipe scenario.

KEYWORDS: School library- Aracaju. Free software. Proprietary software. MARC 21. Cataloging.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Campos de dados variáveis-----	21
Quadro 2	Recursos do Biblivre-----	28
Quadro 3	Campos do MARC trabalhados nas bibliotecas -----	49

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Manual do Biblivre-----	27
Figura 2 Gnuteca-----	31

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	<i>Software</i> utilizado nas bibliotecas -----	48
Gráfico 2	Política de catalogação -----	51
Gráfico 3	Intercâmbio/Cooperação -----	52
Gráfico 4	Acesso remoto -----	53
Gráfico 5	Catalogadores -----	54
Gráfico 6	Dificuldades encontradas nas bibliotecas -----	54

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AACR	Código de Catalogação Anglo-Americano
ABEBD	Associação Brasileira de Escolas de Biblioteconomia e Documentação
APD	Associação Paulista de Bibliotecários
BIBLIVRE	Biblioteca Livre
BN	Biblioteca Nacional
BSD	<i>Berkeley software</i> Distribution
CALCO	Catalogação Legível por computador
CBBB	Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação
CBC	Comissão Brasileira de Catalogação
COA	<i>Certificate of Authenticity</i>
FEBAB	Federação Brasileira da associação de Bibliotecários
FID	Federação Internacional de Documentação
GPL	General Public License
IBBD	Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação
ISBN	International Standard Book Number
IFLA	Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias
LC	<i>Library of Congress</i>
LCSH	Lista de Cabeçalho de Assuntos da <i>Library</i>
MARC	<i>Machine Readable Catalogin</i>
OEM	Original <i>Equipment Manufacturer</i>
OCLC	<i>Online Computer Library Center</i>
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
SIC	Serviços de Intercâmbio de Catalogação
TI	Tecnologia da Informação
TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação e Ciências e a Cultura

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	REFERENCIAL TEORICO	14
2.1	Catálogo	14
2.2	Formato Marc 21	19
2.3	Software livre	23
2.3.1	Bibliore	26
2.3.2	Gnuteca	31
2.4	Software Proprietário	32
2.4.1	Pergamun.....	34
2.4.2	Sophia	35
2.5	Biblioteca escolar	36
2.6	Catálogo nas bibliotecas escolares	41
3	METODOLOGIA	45
3.1	Caracterização das escolas pesquisadas	46
4	ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	46
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	56
	REFERÊNCIAS	59
	APÊNDICE A TERMO DE CONSENTIMENTO	66
	APÊNDICE B QUESTIONÁRIO	67

1 INTRODUÇÃO

Atualmente a humanidade está se reinventando e se aprimorando gradativamente, adquirindo novos conhecimentos. Com isso, sempre há alguém curioso em organizar os materiais, assim, a história da humanidade é escutada, por causa de pessoas que criaram coragem para organizar os acervos e montar uma biblioteca sem saber qual seria sua função no futuro. A biblioteca escolar proporciona informação e ideias importantes, os alunos letrados em informação são pessoas flexíveis, ágeis, capazes de resolverem problemas.

A biblioteca escolar precisa estar inserida dentro da escola para que todo o corpo docente interaja com a biblioteca. Os professores ofertem aos alunos o espaço da biblioteca para que esses busquem informações, e que os próprios se sintam confortáveis no ambiente, tendo as respostas precisas para suas buscas. Os estudantes necessitam de uma biblioteca atuante na vida escolar, na qual haja um acervo atualizado e uma interação entre bibliotecário e alunos.

Dessa forma, o bibliotecário é um dos principais responsáveis pelo incentivo à leitura, bem como os pais e educadores, pois não adianta entregar às crianças diversos livros, se não há motivação e interesse em ler. De acordo com Hillesheim; Fachin (2004, p. 3) “biblioteca escolar é um centro ativo da aprendizagem, portanto precisa ser vista como um núcleo ligado ao esforço pedagógico dos professores e não como um apêndice das escolas”.

Segundo Silva (2011) a primeira biblioteca escolar brasileira foi fundada pelos jesuítas, quando chegaram ao Brasil juntos com a Família Real, na qual o seu objetivo era catequizar, os povos indígenas. No Brasil, a biblioteca escolar surgiu desde o século XVI em colégios privados de ordem religiosa. Para Silva (2011), a partir do século XX, a biblioteca se reconfigurou, por causa das reformas educacionais, em que teve que repensar o acervo, e precisou da ajuda da comunidade escolar.

Diante disso, a informação é o alicerce para o conhecimento, porém o excesso de informação pode ser prejudicial, visto que na maioria das vezes vem de forma incompleta. Deste modo cabe ao indivíduo buscar fontes seguras para adquirir as informações precisas. Conforme Hillesheim; Fachin (2004, p. 2) alunos que frequentam a escola desenvolvem suas habilidades e vão adquirindo e disseminando informações através dos meios de comunicação.

Desde os tempos mais remotos a catalogação faz parte da vida humana. Os documentos na escrita cuneiforme eram organizados de acordo com o conteúdo nas estantes, e assim foi com as tábuas de argilas até chegar na descoberta da imprensa.

A escolha da temática aconteceu em virtude da curiosidade dos *softwares* que são usados nas bibliotecas de escolas privadas da cidade de Aracaju, assim como o estágio realizado na Biblioteca Pública Clodomir Silva, que possibilitou conhecer o *software* livre e realizar atividades de catalogação. A partir desse momento surgiu o interesse em pesquisar mais sobre os *softwares* usados nas bibliotecas escolares. Por se tratar de um tema pouco explorado no estado de Sergipe, acredita-se que a pesquisa poderá trazer uma importante contribuição para a biblioteconomia escolar no estado. Logo o problema dessa pesquisa é: Como a catalogação é realizada nas bibliotecas das escolas particulares da cidade de Aracaju? Quais elementos intervêm no processo?

Com o avanço da informação, o mundo está ficando cada vez mais informatizado. Dessa maneira, as bibliotecas estão adquirindo e renovando os *softwares* para facilitar o trabalho dos bibliotecários. Desse modo, busca-se neste trabalho realizar uma análise da catalogação nas bibliotecas escolares das escolas particulares de Aracaju que utilizam *softwares* de gerenciamento do acervo. Para tanto o objetivo geral é observar como a catalogação é realizada nas bibliotecas escolares da rede particular de ensino de Aracaju.

Os objetivos específicos são: a) Identificar os campos do formato Machine Readable Cataloging (MARC) usados na catalogação das bibliotecas escolares; b) Identificar os *softwares* utilizados nas bibliotecas escolares e se as mesmas fazem algum tipo de intercâmbio ou cooperação no tocante à catalogação; c) Verificar se as bibliotecas escolares possibilitam o acesso remoto a seus catálogos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O uso de computadores nas bibliotecas garantiu que diversas tarefas pudessem ser informatizadas, facilitando assim o serviço oferecido aos usuários e disseminando a informação e o conhecimento. Sendo assim,

É notório que nossa sociedade é marcada por constante mudança vivenciadas nos mais variados segmentos, uma delas de cunho tecnológico, no contexto que se conhece hoje por Sociedade da Informação ou do Conhecimento. Percebe-se, que nos últimos, tempos houve um aumento desordenado e caótico na qualidade de informações produzidas e disponibilizadas em meio digital, requerendo uma mudança e um repensar nas formas de armazenamento, de representação, de descrição e de preservação dos recursos informacionais digitais. (CASTRO, 2012, p.09).

Diante do que foi colocado, os tópicos neste capítulo estão ligados à catalogação, ao formato MARC 21, ao *software* livre e proprietário e à biblioteca escolar. Interoperabilidade é a capacidade de um sistema se comunicar de forma transparente com outros sistemas similares ou não, por isso

A evolução das bibliotecas tem merecido grande destaque, ao longo do século XX, no que se refere ao desenvolvimento e uso de tecnologias principalmente as TIC, pois potencializaram seus serviços com o oferecimento de novos recursos de acesso, com a utilização de formatos de intercâmbio de dados na Catalogação Descritiva, no uso de ontologias, na orientação para a modelagem de catálogos e no processo de busca e recuperação da informação. (CASTRO, 2012, p.19)

As tecnologias da informação e da comunicação (TIC) vêm alterando as estruturas sociais, econômicas e pessoais da sociedade; a interoperabilidade visa facilitar a troca de informação e diminuir os ruídos nos processos de comunicação com os sistemas e as TIC.

2.1 Catalogação

A catalogação está ligada à história das bibliotecas. A biblioteca mais antiga que se tem conhecimento, de acordo com Mey; Silveira (2009) estava localizada na Fenícia e possuía entre 15.000 e 17.000 tábuas de argilas, com mais de quatro mil documentos na escrita cuneiforme, organizados em estantes, em conteúdos temáticos.

No século VII a.C. existiu a biblioteca célebre de Nínive ou de Assurbanipal, com cerca de 25 mil a 30 mil fragmentos de tábulas de argilas. Mey; Silveira (2009), afirma que

todas as informações estão descritas nas tábulas contendo os pontos de acesso necessários para sua localização, acreditando que essa já seria um catálogo em criação.

Mey; Silveira (2009) ressaltam a importância da biblioteca de Alexandria, com destaque para Calímaco, devido a sua relevância na organização e história do catálogo, segundo os autores

Calímaco organizou os volumes dentro de grandes assuntos, de acordo com a classificação aristotélica do conhecimento, listando-os nas respectivas pinakai (mesas, provavelmente, em que se deixavam os textos de determinada área para estudo) (MEY; SILVEIRA, 2009, p. 61)

Tanto Calímaco como outros bibliotecários de Alexandria criaram inúmeras obras de referências, como bibliografias temáticas, isto de acordo com suas leituras. A primeira biblioteca de Alexandria, sofreu diversos incêndios, e consequentemente acabou com a maioria da coleção. Além das guerras, o descaso, as inundações e intolerâncias ocasionou a extinção da biblioteca. Outra importante biblioteca foi a de Pérgamo na antiguidade, atualmente Turquia, fundada no século II a.C. pelo rei Átala I, segundo os historiadores, foi a rival da biblioteca de Alexandria. Chegando a reunir mais de 200 mil a 300 mil volumes, a biblioteca de Alexandria usou seu poder contra o desenvolvimento de Pérgamo embargando sua exportação de papiros, não sabendo que esse foi o motivo da descoberta do pergaminho. (MEY; SILVEIRA, 2009).

Ainda Mey; Silveira (2009, p. 63), dizem que, “no século VI São Bento ensinou seus monges a copiar manuscritos, o qual durou alguns séculos, os mosteiros foram os únicos preservadores, copiadores e catalogadores de livro”. Já no século XV o desenvolvimento da tipografia por Gutenberg ocorreu no Renascimento, no caso das feiras de livros alemãs, na qual impulsionaram o conhecimento, levando ao crescimento das bibliotecas na Europa. A Revolução Francesa propiciou pela primeira vez na história da catalogação o uso do catálogo em fichas (MEY; SILVEIRA, 2009). É quando ocorre a valorização da página de rosto, destacando o sobrenome do autor para alfabetação (MEY; SILVEIRA, 2009).

O controle bibliográfico é um termo usado a partir do ano de 1974, entretanto já era utilizado pelos bibliotecários e pessoas que buscavam organizar o conhecimento “As bibliotecas foram as primeiras instituições a se preocuparem com o controle bibliográfico e durante algum tempo seus catálogos constituíram os únicos instrumentos para esse fim” (CAMPELLO, 2008, p. 9). “Desta forma, observa-se o profissional é o responsável pelo

desenvolvimento e aperfeiçoamento de técnicas de organização e representação constante em diferentes suportes, para fins de recuperação, uso e reuso” (SILVA, BAPTISTA 2013, p. 2).

Desde antigamente a humanidade registra seus conhecimentos, e as descrições bibliográficas físicas. O homem escreve todos os acontecimentos por ele vividos que interessa. Com o surgimento da imprensa as informações se multiplicaram, e onde há tanto conhecimento? Como organizar? Desta forma

Catálogo é o estudo, preparação e organização de mensagens codificadas com base em itens existentes ou possíveis de inclusão em um ou vários acervos, de forma a permitir interseção entre as mensagens contidas nos itens e as mensagens internas dos usuários (MEY, 1995, p. 5)

Com o avanço da informação o mundo está ficando cada vez mais informatizado. De acordo com Castro (2009, p. 75), “o uso intensivo das tecnologias da informação e comunicação (TIC) gera o desenvolvimento de uma gama de padrões de metadados, instrumentos fundamentais nos ambientes de manipulação de dados bibliográficos”.

E as bibliotecas não poderiam ficar de fora, sobretudo foram descobrindo e renovando os *softwares* para facilitar a vida do bibliotecário. Com isso

Tornou-se clara também, a percepção de que a catalogação é uma atividade especializada, a ser desempenhada por profissionais. A esse propósito, é interessante observar que, embora a atividade documental tenha existido desde a Antiguidade, ela foi se tornando mais complexa com o tempo, como consequência da diversificação do conhecimento humano e dos seus registros, que acabou por impulsionar fortemente o setor editorial em todo o mundo. Como reflexo dessa evolução, as bibliotecas aumentaram de tamanho e as coleções cresceram exponencialmente. Tal crescimento, em seu turno, foi muitas vezes resultante da concepção, vigente durante longo período, da biblioteca como guardiã do conhecimento. (BASPISTA, 2006, p. 2).

Ainda para Baptista (2006) o mais importante é o acesso à informação, e não a quantidade de livros disponíveis nas bibliotecas, o que abriu caminhos para os padrões ocorridos nos séculos passados.

Seguindo ainda o raciocínio de Baptista (2006), as bibliotecas por muito tempo foram as guardiãs do conhecimento, as quais iam multiplicando seu acervo, contudo ficam para si mantendo um status, sem passar para os demais. Para Mey; Silveira (2009, p. 94), “Nós bibliotecários catalogadores, precisamos compreender tais diferenças e adequar nossas representações, de modo geral, ao tipo de acervo, além do tipo de público”. A catalogação compreende três partes: a descrição bibliográfica, os pontos de acesso e os dados de

localização (MEY; SILVEIRA, 2009). Já que catalogação individualiza os recursos bibliográficos, estabelecendo as semelhanças e permite a localização do produto no acervo.

A descrição bibliográfica “é a parte da catalogação responsável pela caracterização do recurso bibliográfico”; os pontos de acesso “são a parte pela qual os usuários podem acessar a representação de um recurso bibliográfico no catálogo”; “os dados de localização são as informações que permitem ao usuário localizar um item em determinado acervo, real ou ciber espacial” (MEY; SILVEIRA, 2009, p. 94-96).

No Brasil a catalogação evoluiu bastante, não obstante houve lutas, para que a profissão, de bibliotecário, fosse aceita, com o propósito de disseminar o conhecimento para a sociedade.

Barbosa (1978) cita que em 1930 Jorge Eduardo Ribeiro publicou o trabalho com o título Regras Bibliográficas (ensaios de consolidação), de acordo com a autora não se tratava de um código e sim uma tentativa para estabelecer entradas por nomes pessoais, no ano relatado as fichas eram padronizadas pelo Instituto Bibliográfico Internacional (IBD), atual Federação Internacional de Documentação (FID).

Na década de 1940 as fichas catalográficas foram adotadas nos catálogos Bibliográficos Brasileiros com o padrão 7,5 X 12,5 cm. Já, o curso de Biblioteconomia foi criado pela Biblioteca Nacional (BN), além de capacitar seus profissionais (BARBOSA, 1978). No mesmo ano a Associação Paulista de Bibliotecários (APB) apresentou regras para casos importantes, com o título Regras Gerais de Catalogação e Redação de Fichas, sendo publicado também o livro Normas para Organização de um Catálogo Dicionário de Livros Periódicos. Segunda as autoras

A UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) em 1946 que apresentava- se dentro de suas finalidades e funções, a de manter, desenvolver e disseminar o conhecimento, por meio da cooperação internacional, tornando assim, todos os materiais publicados acessíveis a todos. Dentro das funções da UNESCO é estar voltada ao estabelecimento de padrões para as bibliotecas nacionais que se refletem sobre as práticas biblioteconômicas. Criou um programa de Controle Bibliográfico Universal, que elegeu como norma básica para a descrição bibliográfica a ISBD, e com o formato de intercâmbio, o UNIMARC, a UNESCO e a IFLA (Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias) vêm exercendo um papel fundamental no intercâmbio de registros bibliográficos e consequentemente, na catalogação. (ALVES; BRUNA, 2011, p. 5).

Já a década de 1950 foi marcada por lutas e conquistas, através dos movimentos o curso de Biblioteconomia foi reconhecido; houve o primeiro Congresso Brasileiro de Biblioteconomia (CBBD) em Recife, com as seguintes recomendações.

Criação de um código de catalogação brasileiro; Organização, pelo Instituto Nacional do Livro, de uma comissão de bibliotecários formada, de preferência, por professores de catalogação e por catalogadores experientes; Escolha da entrada de nomes brasileiros e portugueses de acordo com critérios universalmente aceitos a tradição literária cria o IBBD que passa a incorporar e manter o Serviço de Intercâmbio de Catalogação. O SIC, em conjunto com o INL, estabelece uma Comissão de Estudos de Catalogação (BARBOSA, 1978, p. 59):

Na mesma década aconteceu ainda a Conferência sobre o Desenvolvimento dos Serviços de Bibliotecas Públicas na América Latina, promovida pela UNESCO e pela OEA, além do Congresso de Bibliotecas do Distrito Federal.

A 23ª Conferência Geral da FID ocorreu no Rio de Janeiro, na qual foi criada também a Comissão Brasileira de Catalogação (CBC) filiada à Federação Brasileira da Associação de bibliotecários (FEBAB). Além do terceiro Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação (CBBD), a CBC analisou vários trabalhos importantes, como “Projeto de regras de catalogação para os nomes brasileiros e portugueses” e “A catalogação de autores brasileiros e portugueses”, além da inclusão do Código de Catalogação Anglo-Americano (AACR) na edição brasileira como apêndice o VIII.

De acordo com Barbosa (1978, p. 60) “a APB (Associação Paulista de Bibliotecários) desenvolveu processos técnicos tentando conseguir através de vários grupos de trabalho uma padronização nacional, cujo requisito essencial é participar de qualquer programa em nível internacional”.

Nesses esforços se destacam, ainda, as associações de bibliotecários por meio de seus grupos de trabalho; e acadêmicos como a ilustre professora Cordélia Robalinho Cavalcante, que editou seu livro “Catalogação Simplificada” em 1970, recebido como um instrumento orientado às necessidades dos catalogadores brasileiros.

Com a propagação da automação e a divulgação do projeto MARC, o Serviço de Intercâmbio de Catalogação (SIC) refez suas bases de atuação e reformulou a automação de suas atividades. Baseado no modelo desenvolvido pela *Library of Congress*, constituiu-se o Projeto CALCO, transformando-se em uma central de catalogação automatizada que por mudanças de políticas institucionais deixou de existir em 1973, para o surgimento da Rede Bibliodata/CALCO. O CALCO, com a adesão da Biblioteca Nacional, obteve sua

formalização como o formato nacional para processamento e intercâmbio dos registros bibliográficos (interna e externamente). Com isso, exigiam-se esforços na padronização de normas de catalogação, na definição de cabeçalho de assunto e na maior adesão ao AACR (MODESTO, 2007).

Segundo Barbosa (1978) dois movimentos marcaram as mudanças no ambiente da catalogação. O primeiro, do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD) em 1972, criou um grupo para uniformizar normas de catalogação adotadas pelo próprio instituto, pela Biblioteca Nacional e pelo Instituto Nacional do Livro. O segundo movimento, também provocado pelo IBBB, envolveu a Associação Brasileira de Escolas de Biblioteconomia e Documentação (ABEBD) e visava uniformizar o ensino da catalogação nos cursos existentes no país.

2.2 Formato MARC 21

O formato MARC nasceu na década de 1960, com a informatização da Library of Congress (LC) dos Estados Unidos da América. Em 1968 o formato foi testado em algumas bibliotecas do país, em seguida foi adaptado ao Código de Catalogação Anglo Americano (OKADA; ORTEGA, 2009)

Já em 1987 o formato MARC alicerçou suas bases em duas aplicações das bibliotecas: o formato de intercâmbio bibliográfico e o formato para desenho de bases de dados bibliográficos (OKADA; ORTEGA, 2009). O formato MARC recebeu vários nomes em diversos países.

USMARC (Estados Unidos), UKMARC (Inglaterra), INTERMAC (França), IBERMARC (Espanha), CANMARC (Canadá), entre outros, visando uniformidade e compatibilidade, as instituições adotaram o formato USMARC e, posteriormente o MARC 21, desenvolvido pela fusão entre o USMARC e o CANMARC, cujo manual foi publicado em 1999. (OKADA; ORTEGA 2009, p. 26).

O formato MARC chegou ao Brasil em 1972, através da Bibliotecária Alice Príncipe Barbosa, o qual recebeu o nome de Catalogação Legível por Computador (CALCO), iniciando seu uso em todo território nacional. Foi com o formato MARC que a Fundação Getúlio Vargas criou a rede Bibliodata/CALCO de catalogação cooperativa, que atualmente usa o formato. E ainda,

O padrão de metadados MARC 21 é datado da década de 1960 e foi desenvolvido pelo *Library of Congress* (LC), com o objetivo de padronizar a descrição bibliográfica em meio eletrônico como o início da utilização de computadores para gerenciar o processo de catalogação. O padrão de metadados MARC21 está inserido a era pré- internet e é considerado segundo as características dos metadados, um formato rico. (CASTRO 2009, p. 90).

O MARC 21 é um registro bibliográfico legível por computador, semelhante ao catálogo, sobretudo de forma que um computador saiba interpretar as informações presentes nas fichas catalográficas. A informação não pode ser digitada diretamente na máquina para a produção de um catálogo on-line, o computador requer o registro por uma linguagem de máquina para interpretar a informação na descrição bibliográfica. Segundo Okada; Ortega (2009), “apesar de ter sido criado como formato de intercâmbio, o formato UNIMARC é mais utilizado como formato de registro do que em sua função de intercâmbio, constituindo-se, junto com o MARC21, como as maiores fontes de definição para uso deste formato”.

Segundo Zafalon (2012) a informação deve ser digitada no computador, em forma de códigos para ser interpretado pela máquina, e o formato MARC 21 tem a forma da estrutura para o registro bibliográfico. Para Silva; Baptista (2013, p. 2) “o MARC ajustou os recursos tecnológicos da época a catalogação tradicional”. E, ainda, “a importância do formatos MARC é claramente notada no intercâmbio de registros bibliográficos com informações de forma padronizada, no planejamento, e na implantação da catalogação cooperativa para a redução de custos e retrabalhos” (ASSUMPÇÃO; SANTOS, 2015, p. 58).

Para Baptista (2006, p. 7) “a partir das informações gerais do formato MARC 21 vem-se estabelecendo métodos de ensino com o uso de software que adotam o formato, com intuito de aproximar a prática e a teoria”. O padrão MARC previne a duplicidade do material e possibilita que recursos bibliográficos possam ser compartilhados entre bibliotecas. De acordo com Hatsek (2012, p. 45) “o uso do formato MARC 21 trouxe para a catalogação um padrão internacional para a entrada de dados que permitem a cooperação da catalogação entre as bibliotecas tornando o processo de descrição bibliográfica mais ágil e otimizado”.

O registro MARC é composto por três elementos: a estrutura do registro, a indicação do conteúdo e o conteúdo dos elementos que compõem o registro. A indicação de conteúdo refere-se aos códigos e às convenções estabelecidas para identificar e caracterizar os dados dentro do registro, permitindo a sua manipulação. O conteúdo dos elementos refere-se a todos os elementos que compõem o registro MARC definidos como padrões externos ao formato, como o Padrão Internacional de Descrição Bibliográfica (ISBD), o Código de

Catologação Anglo-Americano (AACR2) e a Lista de Cabeçalho de Assuntos da *Library of Congress* (LCSH).

O formato MARC 21 está assim estruturado: líder, diretório, campos de controle variáveis e campos de dados variáveis. Segundo Messina- Ramos (2011) O Líder é um campo fixo que compreende as 24 primeiras posições de cada registro e fornece informações para o processamento do mesmo, não possui indicadores e nem códigos de subcampos. O campo Líder termina sempre com os dígitos 4500. O Diretório é um campo fixo que vem logo depois do Líder, com 12 posições de caracteres, iniciando na posição 24 e composto de três partes: tag ou etiqueta de campo, tamanho do campo e a posição inicial do campo (MESSINA-RAMOS, 2011).

Os campos de controle variáveis não possuem indicadores nem códigos de subcampo, são eles o 001 (número de controle), o 003 (indicador do número de Controle) o 005 (data e hora da última transação) o 006 (elementos de dados de extensão fixa- material adicional) e o 008 (elementos de dados de extensão fixa), sendo todos gerados automaticamente pelo sistema.

Os campos de dados variáveis são aqueles inseridos no sistema pelo bibliotecário, conforme o Quadro 1:

Quadro 1- Campos de dados variáveis

CAMPO	DESCRIÇÃO
020	Número do ISBN (R)
040	Fonte de Catalogação (NR)
041	Código de Idioma (R)
043	Código de Área Geográfico-GAC (NR)
045	Código de Período Cronológico (NR)
080	Número de Classificação Decimal universal (CDU) (R)
082	Número de Classificação Decimal de Dewey (CDD) (R)
090	Número de Chamada Local (R)
100	Entrada Principal- Nome Pessoal (NR)
110	Entrada Principal- Entidade Coletiva (NR)
111	Entrada Principal- Nome de Evento (NR)
130	Entrada Principal- Título Uniforme (NR)
240	Título Uniforme (NR)
245	Indicação de Título (NR)
246	Forma Variante do Título(R)
250	Edição (NR)
260	Publicação, Distribuição ETC (R)

300	Descrição Física (R)
490	Indicação de Série (R)
500	Nota Geral (R)
501	Nota Com: (R)
502	Nota de Dissertação (R)
504	Nota de Bibliografia ETC (R)
505	Nota de Conteúdo Formatada (R)
533	Nota de reprodução (R)
534	Nota de Versão Original (R)
546	Nota de Idioma (R)
590	Nota Local (R)
600	Entrada Secundária de Assunto – Nome Pessoal (R)
610	Entrada Secundária de Assunto - Nome de entidade (R)
611	Entrada Secundária de Assunto- Nome de Evento (R)
630	Entrada secundária de Assunto -Título Uniforme (R)
650	Entrada secundária de Assunto –Assunto Tópico (R)
651	Entrada Secundária de Assunto – Nome Geográfico (R)
700	Entrada Secundária – Nome Pessoal (R)
710	Entrada Secundária – Nome da Entidade (R)
711	Entrada Secundária –Nome de Evento (R)
730	Entrada Secundária – Título Uniforme (R)
740	Entrada Secundária –Título Relacionado / Analítico Não Controlado (R)
800	Entrada Secundária de Série – Nome Pessoal (R)
810	Entrada Secundária de Série – Nome da Entidade (R)
811	Entrada Secundária de Série – Nome de Evento (R)
830	Entrada secundária de Série – Título Uniforme (R)
856	Acesso e Localização Eletrônica (R)

Fonte: compilado pelo próprio autor (2018) a partir da obra de Messina-Ramos (2011).

É importante ressaltar que a pontuação e a posição têm importante função a cumprir na catalogação, denominadas, respectivamente, sintaxe e semântica. A pontuação precede, separa e identifica áreas e elementos da descrição. Os sinais são precedidos e seguidos de espaço, exceto o ponto, a vírgula, o hífen e o colchetes. A semântica refere-se à posição de cada elemento indicando o conceito do mesmo.

Segundo Castro (2012, p.180-181) “O catalogador além de conhecer a estrutura MARC 21 deverá também dominar e refletir o uso das regras de catalogação (AACR2) para saber aplicá-las no preenchimento do conhecimento do conteúdo metadados (valores dos elementos)”.

O formato MARC 21 não apresenta só benefícios, mas também problemas, pois

Apesar das diferenças e da complexidade de descrição de metadados no formato MARC 21, pode-se constatar que o conjunto de descritores deve conter apenas informações apropriadas e suficientes para descrever os dados de forma que a informação nele contida além de ser compreendida por qualquer pessoa, possa também ser compilada e/ou interpretada pelas novas tecnologias para tratamento da informação, pois deve servir de subsídio a sistemas de buscas e recuperação de informações. (AVES; SOUZA, 2007, p. 32).

As bibliotecas responsáveis pela atualização do MARC 21 são a Biblioteca do Congresso Nacional, além da Biblioteca Nacional do Canadá. O MARC 21 no Brasil teve início na década de 1970, com projetos e ações da época.

No Brasil o formato MARC teve sua introdução na década de 70 com projetos paralelos ou, como denominado na época. projetos do formato MARC compatíveis. Entre os projetos, destacam-se o formato CALCO da Fundação Getúlio Vargas e o formato IBICT do Instituto Brasileiro de Informação em Ciências e Tecnologia. Rodrigues; Teixeira (RODRIGUES; TEIXEIRA, 2010, p.48).

Mesmo com todas as dificuldades existentes na época, o projeto do formato MARC foi ampliado para toda América Latina, formando assim um grupo de catalogadores, pois

Ao longo do desenvolvimento dos projetos e a dificuldade de ampliação para os países da América Latina a fim de formar uma rede integrada de catalogação, dificuldade esta apresentada principalmente pelo fato de, na época, o Brasil ser o único país com um programa de catalogação atuante, as agências catalográficas brasileiras ingressaram na Online Computer Library Center (OCLC), o que foi fator preponderante para o avanço e domínio do formato MARC 21 (na época, USMARC) na descrição dos registro nas bibliotecas brasileiras.(RODRIGUES; TEIXEIRA, 2010, p.48).

O formato MARC 21 é composto por cinco formatos “para dados bibliográficos, de autoridade, de coleção, de classificação e para informação comunitária” (ASSUMPÇÃO; SANTOS, 2015, p. 59).

2.3 Software Livre

A automação das bibliotecas veio para ajudar, descomplicar, padronizar, e dar melhor atendimento aos usuários da biblioteca, com o uso de *softwares* habilitados para as unidades de informação (RODRIGUES; PRUDÊNCIO, 2009).

Há uma variedade de softwares disponíveis no Brasil para a automação de bibliotecas desde os *softwares* livres aos comerciais, ou seja o *software* proprietário, tornando possível realizar todos os serviços disponíveis na biblioteca, desde a aquisição do acervo até a impressão de carteirinhas, gerando relatórios, com isso facilitando muito a vida dos usuários. (RODRIGUES; PRUDÊNCIO, 2009). Software é a parte lógica do computador, a combinação de linguagem de computador que é executada pelo próprio computador, mediante o comando sendo armazenado com segurança (Cruz, 2015). Para Sawaya (1999, p. 43) “software é o suporte lógico, suporte de programação, um conjunto de programas, métodos e procedimentos, regras e documentação relacionadas ao funcionamento e manejo de um sistema de dados”.

Os *softwares* livres usados na automação de sistema indicam níveis de qualidade diversos. Entretanto, suas licenças permitem a melhoria do produto, tornando-o idêntico ou melhor do que os proprietários. Atualmente existem diversos *softwares* livres para os bibliotecários, que contemplam

[...]desde a aquisição, instalação, atualização e a manutenção. Informações importantes para entender os dispêndios envolvidos na aquisição da tecnologia o bibliotecário, enquanto gestor, não deve analisar a tecnologia como despesa, mas como investimento de retorno positivo ao longo do tempo. A escolha do software a ser adotado, também é um projeto desafiador, pois com os benefícios oferecidos pelos sistema acompanham risco como: problemas de compatibilidade, usabilidade e mesmo legalidade. (SILVA, 2007, p. 6).

Os *softwares* livres são muito utilizados hoje devido ao baixo custo, além da sua boa qualidade. Com a necessidade da informação, cresce o interesse das pessoas por computadores, pois facilita a vida pessoal, profissional e social com o auxílio de programas, os quais são chamados de *software*. O *software* é composto por uma linguagem de computador (DAMASIO; RIBEIRO, 2006)

O *software* livre é aquele que tem seu código fonte aberto, ou seja, qualquer pessoa pode modificá-lo ou adaptá-lo conforme sua necessidade (DAMASIO; RIBEIRO, 2006). Uma vantagem em usar o *software* livre ao proprietário é justamente o código fonte, por não tornar o usuário dependente da tecnologia proprietária, de acordo com os autores

Partindo de todas estas necessidades das bibliotecas, os *softwares* livres estão com versões buscando responder adequadamente a estas demandas, com a implantação de novos módulos de trabalho, atualizando-os através de compartilhamento de necessidades e experiências e principalmente com a utilização de tecnologias avançadas e também livres de maiores custos. (AMORIM; DAMASIO, 2009, p.4)

De acordo com Hexsel (2002, p. 32) são preâmbulos do *software* livre: a liberdade de executar o programa para qualquer propósito (liberdade n. 0); a liberdade de estudar como o programa funciona e adaptá-lo para as suas necessidades (liberdade n. 1); a liberdade de redistribuir cópias de modo que você possa ajudar ao seu próximo (liberdade n. 2); a liberdade de aperfeiçoar o programa e publicar os seus aperfeiçoamentos, de modo que toda a comunidade se beneficie (liberdade n. 3).

De acordo com Alencar; Gadotti (2014, p. 31) “o *software* livre pode ser considerado na nossa concepção como um movimento planetário, com bandeiras de lutas próprias e que não tem localização geográfica porque está em todo o mundo, está na rede, na internet”, dessa maneira,

Percebe-se que não há ainda massa crítica de programadores e desenvolvedores, e nem de usuários. Isso deve-se em parte à pequena capilaridade da Internet no país e à relativa falta de alguns aplicativos que são usados pela maioria dos usuários não especialistas. Considerando-se as inúmeras vantagens da adoção de *software* livre em larga escala no país, o Governo pode e deve criar as condições para que se estabeleça a massa crítica no Brasil, de forma a que a utilização de *software* livre produza os benefícios econômicos e sociais que lhe são característicos. (HEXSEL, 2002, p. II).

As vantagens recorrentes da utilização de *software* livre são baixo custo; não fica refém de tecnologia proprietária; independência de fornecedor único; desembolso inicial próximo de zero; não obsolescência do hardware; robustez e segurança; possibilidade de adequar aplicativos e redistribuir versão alterada; suporte abundante e gratuito; sistemas e aplicativos geralmente confiável. Já as desvantagens são: interface de usuários não é uniforme nos aplicativos; instalação e configuração pode ser difícil e mão de obra escassa para o desenvolvimento ou suporte.

Existem duas leis no Brasil que regem os *softwares*, a lei de n. 9.609/98 e a 9.610/98, de Direito Autoral. Já para os *softwares* livres, com relação ao direito, primeiramente tem que ser reconhecido, para depois haver uma ação favorável dos usuários e programadores (GOMES et al, 2016, p. 311).

A lei do *software* livre não está ultrapassada, a mesma possui licenças, entre elas a BSD (*Berkeley Software Distribution*), que exige referência da autoria do programa e a GNU GPL (*General Public License* do Projeto GNU), que apoia o *copyleft*. (GOMES et al, 2016).

O governo brasileiro vem investindo no desenvolvimento de *software* livre no território nacional, com objetivos variados, como a economia dos gastos públicos, com licenças proprietárias e o desenvolvimento das indústrias nas tecnologias da informação (TI). E justamente os *softwares* são indicados como melhor alternativa nos compartilhamentos das informações para suprir as necessidades do governo, uma vez que

Os gastos com *software* e TI em geral têm aumentado em todos os setores, inclusive no governo. Os *softwares* livres proporcionam a possibilidade de reduzir custos, com economia de recursos financeiros públicos por meio do não pagamento de licenças proprietárias. Há independência dos fornecedores, não ocorrendo o aprisionamento tecnológico usual, pois o governo não tem obrigação de adquirir novas licenças de um único fabricante com o lançamento de novas versões. Com os *softwares* livres, não há como criar essa dependência que já existe uma ampla disponibilidade de empresas a serem contratadas para atualizar *software* livre. Isso incentivaria, inclusive, o mercado interno com a maior demanda por profissionais especializados em TI. Além disso, o uso do *software* livre também tem como objetivo a universalização de serviços para a cidadania com a inclusão digital da população, considerando-se direitos de comunicação e educação pelo acesso à tecnologia. (GOMES et al, 2016, p. 315).

2.3.1 Biblivre

O Biblivre é um *software* livre de gerenciamento de bibliotecas, criado em 2005 e atualmente é bastante disseminado nas bibliotecas do Brasil, além de alguns países. O projeto previu que os programas fossem oferecidos a todas as bibliotecas que desejassem utilizar a tecnologia e exige algumas especificações mínimas para sua implementação tais como processador, memória Ram, espaço de disco rígido, leitor de mídia e monitor.

Um resumo do Biblivre pode ser assim especificado:

Em meados de 2006, a SABIN, sob a presidência do Dr. Paulo Marcondes feraz, propôs o primeiro projeto de desenvolvimento de uma nova versão ampliada de um conjunto de programas de computador conhecido como BIBLIVRE, que tinha como objetivo informatizar bibliotecas dos mais variados portes e propiciar a comunicação entre elas. Na ocasião, a proposta foi aprovada pelo Ministério da Cultura, sob os auspícios da Lei Rouanet de incentivo ao desenvolvimento sociocultural (Lei 8.313/91) e patrocinado pela IBM Brasil. O BIBLIVRE foi completamente realizado já sob a presidência do Dr. Jean-Louis de Lacerda Soares, com o apoio da COPPER/UFRJ, no desenvolvimento das versões, 1.0 e 2.0. O projeto previu, desde o seu início, que os programas desenvolvidos fossem oferecidos livremente às bibliotecas que desejassem utilizar esta tecnologia na modernidade conhecida atualmente como “programas livres” (software livre ou free software). Devido a esta

característica, o projeto passou a se chamar Biblioteca Livre. A motivação do projeto foi promover a inclusão digital através da informatização de bibliotecas pelo uso de softwares livres. No final de 2006, o grupo Itaú inteirou-se do objetivo e da relevância social e cultural do projeto e decidiu patrocinar o BIBLIVRE. (BRASIL, s.d., p. 4).

A tecnologia ajuda nos serviços oferecidos nas bibliotecas, tanto para os próprios funcionários, como para os usuários. Por meio de uma situação surgiu o *software* para automação das bibliotecas, os *softwares* nasceram mediante inúmeras realizações e avanços junto aos recursos tecnológicos presentes nas unidades de informação e nas empresas. Desenvolveram diversos *softwares*, aplicando os requisitos da informação para catalogação, organização de cabeçalho de assunto e a padronização automática dos índices, formatação de dados e o MARC (CRUZ, 2015).

Figura 1- Manual do Biblivre



Fonte: Manual do Biblivre versão 5.0. Acesso em 21 jan.2018.

O programa Biblioteca Livre (Biblivre) versão 5.0 é um aplicativo que permite a inclusão digital do cidadão na sociedade da informação. Trata-se de um programa para catalogação e difusão de acervos de bibliotecas públicas e privadas, de variados portes, além de possibilitar a circulação e o compartilhamento de conteúdo de informação, tais como, textos, músicas, imagens e filmes ou qualquer outro tipo de objeto digital, em razão que

A filosofia de *softwares* livres, em relação às bibliotecas, foi estabelecida pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (Unesco) com o desenvolvimento e disseminação do software Microsis. Muitas instituições no

Brasil organizam seus acervos informacionais com este software, por ele disponibilizar seu código fonte com permissão de alteração, pela facilitação na customização do programa, que possibilita a alteração das funcionalidades do sistema de acordo com as necessidades de todos os usuários e, principalmente, acessibilidade sem custos. (CRUZ, 2015, p.26).

O Biblivre é um *software* livre proposto para gerenciar o acervo de bibliotecas de diversos portes, além de propiciar a comunicação entre elas e vislumbrar uma possível inclusão digital do cidadão na sociedade da informação, sendo aprovado pelo Ministério da Cultura, sob os auspícios da Lei Rouanet de incentivo ao Desenvolvimento Sociocultural (Lei 8.313/91), o projeto Biblioteca Livre (BRASIL, s.d).

O *software* dispõe de todo o processo dentro de uma biblioteca, como catalogação, classificação, empréstimo, devolução, pesquisas, reservas e circulação do acervo (BIBLIVRE, s. d.). As abas disponíveis no Biblivre V são Pesquisa, Circulação, Catalogação, Aquisição, Administração e Ajuda. Uma das novidades da versão 5.0 é a possibilidade da personalização dos formulários e resumos catalográficos, segundo as necessidades específicas de cada biblioteca (BIBLIVRE, s. d.).

O Biblivre é compatível com o MARC, importando dados através do protocolo Z39.50, utilizando a linguagem de codificação usada atualmente, como também a UTF-8. O que significa importação de dados. Este disponível para download na internet de forma automática tem baixo custo tanto na instalação, como na manutenção do software, também atende às demandas de acervo de pequeno ao médio porte. O software possui linguagem Java é compatível como protocolo Z39.50 é executado em ambiente web 2.0, tornando-o mais ágil para os usuários nas suas buscas. Atualmente encontra-se na versão 5.0, é gratuito, de fácil acesso, permite a inclusão digital de diversas bibliotecas e centros não informatizados, otimizando e facilitando o seu dia a dia.

Apresenta-se, a seguir, uma compilação dos recursos do Biblivre versão 5.0, o qual se encontra no *site* e oferece uma dimensão de suas potencialidades:

Quadro 2- Recursos do Biblivre

CAMPO	OBSERVAÇÕES
Integração de todas as funções da biblioteca	
Software em três idiomas	Português, inglês, espanhol
Possibilidade de customização (personalização) do sistema	Através de configurações do programa
Documentação (manuais)	No Portal.
Licenciamento do produto	GPL.
Interface gráfica	Interface Web
Possibilidade de customização (personalização) da	

interface	
Manu de ajuda interativo	
Arquitetura de rede cliente/servidor	
Acesso via browser (Internet)	Internet Explorer, Mozilla Firefox, GoogleChrome, Safari
Acesso via Intranet	
Leitura de código de barras	
Compatibilidade com os sistemas operacionais	Unix, Linux, Windows (XP/Vista7/) e qualquer outro onde funcionem os aplicativos Java, TomCat e PostgreSQL
Armazenamento de caracteres da língua portuguesa	
Recuperação de caracteres da língua portuguesa	Para o sistema e indiretamente o uso de letras em maiúsculas, minúsculas ou acentos.
Atualização dos dados em tempo real	
Segurança na integridade dos registros	
Compatibilidade com o formato MARC	
Protocolo de comunicação Z39.50	
Padrão ISO2709	Importação e exportação de registros
Disponibilidade on-line do acervo	
Acesso on-line a catálogos coletivos	Permite integração com acervos que utilizem o z39.50
Acesso simultâneo de usuários	
Acesso ilimitado de usuários	Desde que o servidor suporte a quantidade de conexões
Níveis diferenciados de acesso ao sistema (senhas)	Configuráveis
Armazenamento de documentos digitais	Em qualquer formato.
Recuperação de documentos digitais	
Controle integrados do processo de seleção e aquisição.	
Controle de requisição de obras	
Controle cotações	
Controle de pedidos de compra	
Controle de aquisição por compra	
Controle de listas de recebimento	
Controle de fornecedores	
Identificação de dados do processo de aquisição	
Identificação da modalidade de aquisição (doação, compra, outros)	
Controle de datas de recebimento do material adquirido.	
Identificação do usuário que sugeriu o título para aquisição.	
Controle da situação (status) do documento (encomendado, aguardando autorização, aguardado nota fiscal etc)	
Compatibilidade dos elementos de dados com AACR	
Sistema de gerenciamento para construção de tesauro hierárquico	
Possibilidade de duplicação de um registro para inclusão de novas edições	
Processamento de materiais especiais	
Geração de etiquetas para lombadas com números de chamadas.	
Geração de etiquetas com código de barras	
Geração de carteiras de identidade para usuários com código de barras e foto	Sem foto
Atualização on-line	Através do download do arquivo de atualização
Controle integrado do processo de empréstimo	

Cadastro de perfis de usuários para circulação	
Código de barras para cada usuário	
Emissão automática de aviso eletrônico para usuários em atrasos	O sistema não bloqueia para empréstimo, porém avisa o bibliotecário para que se tome a decisão
Possibilidade de pesquisar o status do documento (disponível, emprestado, em tratamento etc)	
Interface gráfica de pesquisa	
Interface de busca com filtros	
Interface de busca on-line	
Pesquisa por autor	
Pesquisa por título	
Pesquisa por assunto	
Pesquisa por palavra-chave	
Pesquisa por ISSN	
Pesquisa por ISBN	
Pesquisa por Data	
Possibilidade de filtrar as buscas por alguns campos definidos em caixa de seleção	
Refinamento de busca por operador booleano	
Possibilidade de limpar o Formulário para nova pesquisa	
Visualização do resultado da pesquisa em catálogo	
Visualização de todos os registros recuperados	
Visualização do número de registros recuperados	
Indicação do status do documento pesquisado (emprestado, reservado ou disponível)	
Gerenciamento de diversos tipos de documento	
Geração de relatórios e estatísticas	
Inventário automático (código de barras)	
Disponibilização de novas versões	Download gratuito
Uso de data no formato dia/mês/ ano, sendo o ano, como quatro dígitos	
Senha para as funções que atualizem dados	
Disponibilidade busca avançadas (booleana)	
Indicação do status do documento pesquisado, se emprestado, reservado ou disponível	
Controle de autoridade: autoria	
Controle de autoridade: assunto	
Admite reserva	
Admite renovação	
Geração de boletos de recebo das operações em circulação	
Com integração a bibliotecas digitais	
Geração de etiquetas de lombada	
Geração de etiquetas de patrimônio com código de barras	
Processo personalizado para produção de etiquetas de lombada e patrimônio usando winword (openoffice)	
Relatórios pré-formatados de Sumário do catálogo, Estatística por Classificação Dewey, Todos os usuários pedidos de Aquisição Efetuados por Período, Empréstimo em atrasos, Total de pesquisas por período, inclusões de obras por período, Bibliografia do Autor, Empréstimo por período.	

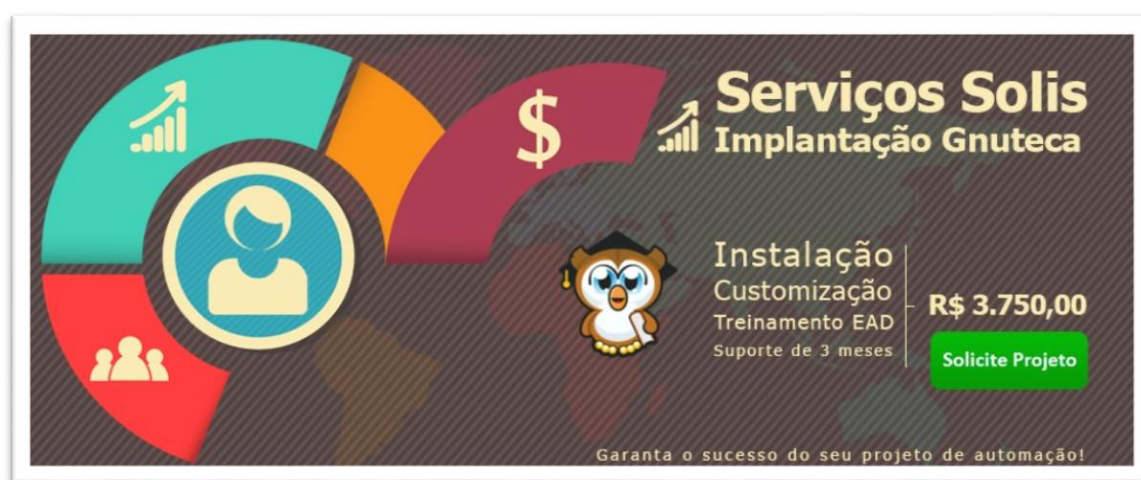
Fonte: compilado do site. Disponível em:
<http://www.bibliore.org.br/index.php/sobre-bibliore/o-programa/recursos>. Acesso em: 21 fev. 2018.

<http://www.bibliore.org.br/index.php/sobre-bibliore/o-programa/recursos>

2.3.2 Gnuteca

É um sistema de automação de todos os segmentos de uma biblioteca, não importando o tamanho do seu acervo e a quantidade de usuários. O sistema foi criado de acordo com os critérios definidos e avaliados por um grupo de bibliotecários. Foi produzido no Brasil e desenvolvido a partir de testes em uma biblioteca, a do Centro Universitário Univates, onde está em operação desde fevereiro de 2002. A figura 2 demonstra a tela de abertura do Gnuteca:

Figura 2 - Gnuteca



Fonte: www.solis.com.br/gnuteca. Acesso em: 11 de jan. 2012.

O Gnuteca é um *software* livre, o que significa que o mesmo pode ser copiado, modificado e distribuído livremente, o qual adere a padrões conhecidos e utilizados por muitas bibliotecas, como o ISIS (Unesco) e o Marc 21 (*Libray of Congress*). O Gnuteca prevê a migração de acervo, além de outros tipos de facilidades. Segundo Rodrigues (2009, p. 8) “a característica principal de um *software* livre, a acessibilidade do seu código-fonte, permitindo assim sua personalização. Um exemplo deste tipo de programa para automação de biblioteca é o Gnuteca”.

O Gnuteca tem o protocolo GNU Linux ou Windows , e, portanto pode ser utilizado nos sistemas operacionais mais conhecidos no mundo (GNUTECA, 2006.). O sistema é usado na gestão de pequenos e grandes acervos particulares e não tem limites no número de estações de atendimento, quanto às ilhas de consulta e acesso à Internet. O Gnuteca tem algumas vantagens em seu uso: custo zero na aquisição; catalogação no formato MARC 21; gerenciamento no processo de circulação; várias opções de busca no catálogo on-

line¹. Suas funcionalidades incluem processo gerencial, processamento técnico, circulação de materiais, consulta e recuperação de catálogo e internet-minha biblioteca.

2.4 Software Proprietário

Softwares proprietários são programas de computadores criados por produtores com direitos exclusivos de acordo com sua comercialização os softwares podem ter limitações de exportações e uso. Entretanto seu uso como suas modificações são proibidas podendo ser liberada somente com a permissão do produtor dessa maneira

Software proprietário, portanto, são aqueles programas que não liberam os seus códigos fonte e que são comercializados como *comodities*. No modelo adotado pelo software proprietário seus usuários não tem acesso aos elementos técnicos que o compõem, tais como o código fonte comentado, memorial descritivo, especificações funcionais internas, diagramas, fluxogramas e outros dados técnicos necessários à absorção da tecnologia (BUENO2012, p.7).

De acordo com Nascimento (2010, p. 2), um exemplo de *software* proprietário é o da Microsoft, o mesmo oferece aos usuários três formas de licenciamento. Ainda segundo o autor:

1ª opção) Licenciamento OEM (Original Equipment Manufacturer) Este tipo de licenciamento é o utilizado nos softwares pré-instalados que já vêm com o equipamento, utilizado apenas por fabricantes e integradores. A licença é específica da máquina, não podendo ser transferida para outro equipamento. A autenticidade do produto pode ser verificada através de uma etiqueta colada no equipamento. No caso da Microsoft é chamado de COA (Certificate of Authenticity). É a opção de licenciamento mais econômica da Microsoft. O uso desta licença é permanente, porém não se pode atualizar licença OEM, para isto o usuário terá que obter novas versões do software através de outras formas de licenciamento. 2ª opção) Licenciamento a Varejo Para usuários que desejam adquirir menos de 5 (cinco) licenças do produto. Esta opção é adequada para pessoa física e pequenas empresas. Não será abordado, pois não é foco deste trabalho. 3ª opção) Licenciamento por Volume Para empresas que desejam adquirir 5 (cinco) ou mais licenças do produto. A comercialização do produto é livre e o uso do produto é permanente. O produto pode ser instalado em qualquer máquina, mas a licença é para apenas uma máquina. Para o caso de atualização, o valor geralmente é inferior ao da aquisição da licença. (NASCIMENTO, 2010, p. 2-3).

A Microsoft oferece ainda quatro formas de licenciamento por volumes, são elas:

a) *Open License*: É o programa ideal para pequenas e médias empresa que possuam menos de 250 computadores. É importante ressaltar que esse licenciamento é

1 Disponível em: www.solis.com.br/gnuteca. Acesso em: 11 jan. 2018.

caracterizado por grande investimento inicial e necessidade periódica da aquisição de atualização de versões. Também não será abordado nesse estudo, visto que a instituição em foco possui mais de 250 equipamentos.

b) *Select License*: Este programa é ideal para empresas que desejem adquirir mais de 250 licenças. Neste caso, o licenciamento é caracterizado por grande investimento inicial, abaixo do custo da Open License, e necessidade periódica da aquisição de atualização de versões.

c) *Enterprise Agreement* Semelhante ao *Select License*, com o benefício do serviço *Software Assurance*, com que a *Microsoft* garante o direito de quaisquer atualizações do produto por um período determinado, ou seja, o usuário adquire a licença e depois mantém um contrato para manter a versão atualizada. Esse licenciamento é caracterizado por grande investimento inicial, assim como pagamentos anuais para a manutenção das versões atualizadas. Entretanto, o custo total é inferior ao valor do licenciamento *Select License*.

d) *Enterprise Subscription Agreement*: Nesse tipo de licenciamento, o contrato é baseado em assinaturas, passando o usuário a ter o direito de uso por um determinado período. A concessão temporária da *Microsoft* dá direito a um ano de utilização, incluindo as atualizações da versão (*Software Assurance*), entretanto a licença precisa ser renovada a cada ano. No caso, o licenciamento é caracterizado por investimentos menores, porém o pagamento é anual. O custo total é inferior ao valor do licenciamento *Enterprise Agreement*, mas precisa periodicamente ser renovada. Este tipo de licenciamento é ideal para produtos que serão utilizados na empresa por um determinado período ou que esteja em processo de migração. (NASCIMENTO, 2010, p. 3).

O *software* proprietário possui código fonte, isso significa que é fechado e somente o proprietário ou empresa que o desenvolveu tem acesso às correções, funções e melhoria do mesmo, tornando assim o proprietário exclusivo da patente.

O desejo de independência de usuários se deve ao fato de o fornecedor de *software* proprietário ser o responsável pela manutenção e suporte, além de constante atualizações, que nem sempre são bem-vindas e necessárias. Por exemplo, quando a *Microsoft* anuncia uma nova versão para o sistema operacional do servidor *Windows*, invariavelmente acaba o suporte para versões antigas. . Garcia et al (GARCIA et al, 2010, p. 108).

O poder exclusivo dos donos de *software* proprietário e sua manutenção é o real motivo pelo qual, os *softwares* proprietários sejam tão caros ao chegar ao consumidor final. Os *softwares* (livre/proprietário) usados nas bibliotecas não são avaliados ou até mesmo desenvolvidos pelos profissionais das bibliotecas, geralmente por outros profissionais que não entendem de vocabulário controlado, o que dificulta a vida dos envolvidos. pois

A avaliação de *softwares* para bibliotecas por bibliotecários e sua participação na construção destes, é de extrema importância porque é este profissional quem lida diretamente com o usuário final, além de passar por todas as outras etapas no processo de inserção de dados do material no programa e disponibilização do mesmo no acervo. (RODRIGUES; PRUDÊNCIO, 2009, p. 6).

Algumas empresas disponibilizam uma versão gratuita do programa teste, a versão expira e não é mais possível utilizar, por exemplo o Pergamun. (RODRIGUES; PRUDÊNCIO, 2009). Nos tópicos a seguir apresenta-se o Pergamun e o Sophia, já que são os proprietários com ampla abrangência de utilização no país, principalmente em bibliotecas universitárias. Ambos possuem uma longa lista de clientes em todas as regiões, conforme informações disponíveis nos respectivos *sites*².

2.4.1 Pergamum

O Pergamum Sistema Integrado de Bibliotecas é um sistema informatizado de gerenciamento de dados, direcionado aos diversos tipos de centros de informação. O sistema foi implementado na arquitetura cliente/servidor, com interface gráfica - programação em Delphi, PHP e JAVA, utilizando banco de dados relacional SQL (ORACLE, SQLSERVER ou SYBASE). O *software* contempla as principais funções de uma biblioteca, funcionando de forma integrada, com o objetivo de facilitar a gestão dos centros de informação, facilitando a vida dos usuários.

As atividades de comercialização do Pergamun tiveram início no ano de 1997 e atualmente estão em mais de 424 instituições, aproximadamente 8000 bibliotecas em todo o Brasil (atualmente com uma unidade em Angola). O objetivo do sistema é obter as melhores práticas de cada instituição a fim de manter o *software* atualizado e atuante no mercado, tornando-o capaz de gerenciar qualquer tipo de documento, atendendo desde universidades, faculdades, centros de ensino fundamental e médio, assim como empresas, órgãos públicos e governamentais. A rede possui um mecanismo de busca ao catálogo das várias instituições que já adquiriram o *software*, com isto, formando a maior rede de bibliotecas do Brasil³.

As abas do Pergamum pesquisam e recuperam registros on-line de forma rápida e eficiente, pois permitem: catalogar de acordo com as regras do AACR2; entrar com dados on-line no formato MARC 21 para exportação e importação, bem como para registros internos; importar dados de centros de catalogação cooperativa on-line e CD-ROM via formato ISO-2709; exportar dados no formato ISO-2709 para intercâmbio de registros bibliográficos; gerar vários modelos de etiquetas de códigos de barras, lombadas, aquisição; incluir novos

² pergamum.pucpr.br/www.sophia.com.br. acesso em 22.fev.2019.

³Disponível em: <http://www.pergamum.pucpr.br/redepergamum/rede_conheca.php?ind=1>. Acesso em: 02 jan. 2018.

exemplares de um mesmo título; fazer o controle de autoridade (Nomes, Assuntos e Títulos); elaborar cópia de registro facilitando o cadastro de materiais com edições diferentes; disponibilizar construção automática de lista de autoridades a partir dos registros incluídos; gerenciar, armazenar e recuperar imagens, som e textos digitalizados; disponibilizar a correção dos registros associados a um autor ou assunto mediante alteração na lista de autoridades; consultar o cadastro de autoridades e lista de editoras e siglas durante o cadastramento de um registro; controlar periódicos com Kardex e indexar artigos bem como controlar a aquisição interligada ao processo de catalogação⁴.

O *software* Pergamum é destinado ao gerenciamento e organização de acervos da biblioteca. Possui os seguintes módulos catalogação, classificação, indexação, seleção, reservas, empréstimos, consulta, aquisição e circulação do acervo da biblioteca. Dado que

O PERGAMUM é um sistema informatizado de controle das bibliotecas. O sistema foi implementado na arquitetura cliente/servidor, com interface gráfica, utilizando banco de dados. Esse sistema está presente em diversas instituições e organizações, é tido por vários bibliotecários, como um dos melhores sistemas de gerenciamento de bibliotecas disponíveis no Brasil.(BARBOSA et al, 2012, p. 2).

Para Barbosa et al (2012) são poucos os usuários que conhecem as ferramentas do Pergamum e aqueles que conhecem não têm domínio, além de que suas buscas não são bem-sucedidas.

2.4.2 Sophia

A biblioteca tem a função de disseminar a informação, ampliando seu acesso à cultura. Todavia existe a necessidade em oferecer produtos e serviços com qualidade em qualquer segmento. Com isso é muito importante que a biblioteconomia acompanhe a tecnologia da informação.

O Sophia é moderno, de fácil utilização e seu padrão é baseado nos padrões internacionais de catalogação e comunicação de dados (MARC 21, ISO 027029, Z39.50 cliente e servidor XML e OAI- PMH). Atualmente é utilizado em mais de 600 unidades de informação (universidade, escolas, órgãos públicos, culturais) no Brasil e em outros países. Manter uma organização que permita fácil acesso às informações de uma biblioteca é a garantia para que esta seja bem avaliada. Esta organização só é possível na medida em que

4 Disponível em: <www.pergamum.pucpr.br/redepergamum>. Acesso em: 21 jan.2018.

sua gestão é informatizada, em sua forma mais eficiente. Isso reflete não somente na percepção da qualidade da biblioteca como também no da própria empresa que a mantém.

2.5 Biblioteca escolar

A sociedade desde os tempos remotos conservava a biblioteca como um lugar privilegiado onde poucas pessoas tinham o livre acesso, não era o espaço para a disseminação do conhecimento, e sim de garantia da preservação da memória ali materializada nos livros (papiros, pergaminhos), que por muitos anos só foram acessíveis aos poucos célebres. Visto que

O objetivo de garantir a preservação da memória, como finalidade das bibliotecas, fez-se e ainda se faz presente nas Bibliotecas Nacionais que tinham e têm como um de seus fins salvaguardar idealmente a maior quantidade possível da produção impressa (prioritariamente no país em que se localiza). (MORAES; VALADARES e AMORIM, 2013, p. 15).

Sabe-se que algumas bibliotecas foram criadas em mosteiros, tendo em vista que os monges eram os detentores do conhecimento. Para Moraes, Valadares e Amorim (2013, p.16) “daí a necessidade de se assumir uma postura respeitosa e de se cumprir regras rígidas para acessar os acervos. De acordo com Costa (2013, p. 24), “a biblioteca escolar não é somente local de pesquisa, mas também espaço de interação, aprendizagem e desenvolvimento cognitivo de alunos. Além de proporcionar o acesso e o uso da informação, a biblioteca deve fomentar a cultura e incentivar a leitura”.

De acordo com Milanesi (2002, p. 25) “o acesso a esses acervos guardados nos mosteiros limitava-se aos religiosos que pertenciam a ordem religiosas ou eram por elas aceitas. Ler e escrever eram habilidades quase exclusivas dos religiosos e não se destinavam a leigos”.

Considerando seu processo de desenvolvimento ao longo dos séculos, é possível afirmar que a biblioteca escolar no Brasil surgiu com os jesuítas que foram os pioneiros quando chegaram à Bahia, com o objetivo de catequizar os povos indígenas e instruir os colonos. Até o século XVIII a igreja foi a responsável pela educação no país. A Bahia foi a primeira capitania habitadas pelos jesuítas para catequizar, logo depois vieram outras ordens religiosas em outras regiões do Brasil, para aplicar suas atividades didáticas e religiosa. Para Lemos, (2015) o ideal iluminista contrário ao ideal da igreja fez com que os conventos fechassem as portas, junto com a censura, o descaso e o abandono das bibliotecas escolares.

Ainda para Lemos (2015), com o fechamento dos conventos no final do século XIX e início do século XX, surgiram as escolas normais, ainda sob a influência do ensino religioso. Para Válio (1990, p.18) “a primeira biblioteca escolar foi criada em 30 de julho na cidade de São Paulo, a Escola Normal Caetano de Campos”. Lemos (2015) afirma que até a década de 1915 foram criadas somente 15 bibliotecas, devido a falta de interesse dos governantes com a educação.

A educação no Brasil sempre foi desvalorizada, porém sempre houve algumas pessoas que se mostravam a favor do ensino, conseqüentemente aconteceram várias reformas na educação. Na década de 1930 houve uma dessas reformas, alguns educadores se uniram pela valorização do ensino e lideraram um manifesto dos pioneiros da educação. Lemos (2015, p.17) afirma que o “ideal era a instituição de uma escola laica, pública e gratuita; a educação deveria ser para todos”. Aconteceram mais algumas reformas na educação, o que sucedeu a vários benefícios no ensino do país, mas a biblioteca sempre em segundo plano, não havendo sua devida valorização, sendo assim

Na década de 1940, Lourenço Filho já enxergava que o ensino e biblioteca são instrumento complementares (...) ensino e biblioteca não se excluem, completam-se. Uma escola sem biblioteca é um instrumento imperfeito. A biblioteca sem ensino, ou seja, sem a tentativa de estimular, coordenar e organizar a leitura, será por seu lado, instrumento vago e incerto (GUIM; FUJITA, 2016, p. 76).

Segundo Lemos (2015, p. 17) “as bibliotecas escolares dos ginásios estaduais surgiram entre as décadas de 1930 a 1940, coincidindo com o período de reformas educacionais”, visto que.

Anísio Teixeira criou em 1932 a escola do Professores do Instituto de educação do Rio de Janeiro, a Biblioteca Central de Educação em 1932 e a Biblioteca Infantil em 1934. A criação dessas instituições mostrava a preocupação de Anísio Teixeira com a formação dos professores e o desenvolvimento dos alunos, o que o motivou a criar bibliotecas que auxiliassem os dois segmentos. A proposta presente na criação das bibliotecas naquele momento era familiarizar os alunos e professores com o ambiente da biblioteca escolar por meio de atividades que estimulassem sua utilização e, ao mesmo tempo, facilitar o aprendizado do aluno contribuindo para sua formação cidadã. (LE MOS, 2015, p. 18)

No século XX foram criados projetos e programas de incentivo à leitura para o desenvolvimento nacional em prol das instituições de ensino no Brasil e da educação. Segundo Lemos, (2015) “esses programas e projetos foram apontados para a preocupação com a educação no país, em especial, os altos índices de analfabetismo”. Assim sendo

Em síntese, a importância da biblioteca se fez presente nos discursos de democratização da educação, que vislumbravam melhorias no sistema educacional brasileiro; e, nos dias de hoje, vem alcançando maior expressividade nos debates sobre a qualidade do ensino público. A educação precisa estar a favor do desenvolvimento sócio- econômico do país. Por isso, o debate em torno das políticas públicas para a educação, em especial para a biblioteca, em vistas à formação de leitores e promoção da cultura, ganhou espaço, recentemente nos eventos e congressos das áreas de Biblioteconomia e Ciência da informação, por causa das mudanças na legislação e da abertura do mercado de trabalho para os profissionais da informação. (LEMOS, 2015, p. 20)

Campello (2008) ainda afirma que os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) veem a biblioteca escolar como o estoque do conhecimento importante para os alunos, e que eles entendem a função da mesma com relação a difusão da informação. Portanto

A biblioteca escolar proporciona informação e ideias fundamentais para o sucesso e seu funcionamento na actual sociedade, baseada na informação e no conhecimento. A biblioteca escolar desenvolve nos estudantes competências de aprendizagem ao longo da vida e desenvolve a imaginação permitindo-lhe tornarem-se cidadãos responsáveis. (DIRETRIZES, 2005, p. 3).

A biblioteca escolar é o local de incentivo à leitura, um espaço reservado ao ensino, aprendizagem, onde a leitura e a pesquisa são fundamentais na trajetória do aluno ao conhecimento e no seu crescimento pessoal, intelectual. Assim sendo

Os PCN entenderam que a biblioteca é um espaço apto a influenciar o gosto pela leitura. Recomendando que ela seja um local de fácil acesso aos livros e matérias disponíveis, o documento sugere que a escola estimule o desejo de se frequentar esse espaço, contribuindo dessa forma para desenvolver o apreço pelo ato de ler (CAMPELLO, 2008, p. 17).

Como mostra Andrade (2008), nas escolas que mantêm bibliotecas e bons programas os alunos tendem a ter bons resultados em testes padronizados, mais do que aqueles alunos que estudam em escolas sem bibliotecas, ou aquelas em péssimo estado. A UNESCO afirma que os alunos letrados em informação são pessoas flexíveis, ágeis e capazes de resolverem qualquer problema individual ou coletivo. Portanto

Não podemos reduzir a escola a uma mera reprodutora da ideologia dominante, pois as contradições características da sociedade alteram seu papel reprodutor, possibilitando, por meio da compreensão crítica de educadores e educandos, o desenvolvimento e mesmo a negação de ideologia que a funda. (MORAES; VALADARES; AMORIM, 2013, p. 24).

Para Hildesheim (2004, p.3) biblioteca escolar é um centro ativo de aprendizagem, portanto precisa ser vista como um núcleo ligado ao esforço pedagógico dos professores, e não como um apêndice das escolas”. Portanto

O papel institucional da biblioteca escolar é o de ser órgão de apoio aos programas educativos, fornecendo toda a espécie de materiais essenciais à obtenção curriculares, satisfazendo ao mesmo tempo aos interesses, necessidades, aptidões e objetivos de alunos e professores. (AGUIAR, 2013, p. 32)

Segundo os PCN a biblioteca escolar tem vários papéis na formação das crianças e jovens e deve contar com a escola para criar recursos que levem a sua concretização.

O bibliotecário é o profissional habilitado que tem o conhecimento específico para lidar com a informação na biblioteca escolar. Para Campello (2008, p. 8) os profissionais têm “buscado implementar ações para o desenvolvimento de habilidades informacionais, contribuindo para a melhoria das capacidades de leitura e de pesquisas dos alunos”.

O bibliotecário vem assumindo a responsabilidade de educar crianças e jovens, desenvolvendo nelas sua capacidade em aprender com as informações e suas particularidades. Segundo, Valadares e Amorim (2013) a ação do bibliotecário não se restringe à promoção da leitura nem à orientação bibliográfica, mas amplia-se para abranger aprendizagens mais complexas, levando ao aparecimento do conceito de letramento informacional.

De acordo com Campello (2008, p. 9) letramento informacional é uma “expressão traduzida de *information literacy*, que apareceu nos Estados Unidos na década de 70 e foi usada originalmente para designar habilidades para lidar com a tecnologia da informação, isto é, com computadores e redes eletrônicas”. Fialho; Andrade (2007) realizaram uma pesquisa relacionando a biblioteca escolar e seus serviços para a contribuição no aprendizado da comunidade estudantil, desse modo.

A biblioteca escolar é analisada sob um forte papel educacional e é parte fundamental para o desenvolvimento da competência informacional no contexto escolar, ou seja, desenvolvimento de habilidades nos estudantes que os capacitem à busca e uso mais efetivos da informação. (FIALHO; ANDRADE, 2007, p. 26)

Para Aguiar (2012), as crianças têm as mesmas necessidades de informações que um adulto, pelo fato delas já nasceram no mundo informatizado, estão um passo à frente devido a grande disseminação das tecnologias da informação e comunicação, em vista que

A partir da compreensão de que as crianças também possuem necessidades de informação, principalmente nos dias de hoje, em que estas já nascem em um mundo de informações imediatas, impulsionado pelo avanço das tecnologias da informação e da comunicação, que são desenvolvidas para cada vez mais em disseminar grandes quantidades de informação em espaço de tempo cada vez menores, e desta forma se deparam com uma miríade de recursos informacionais disponíveis pelo simples pressionamento de um botão, faz-se necessário analisar o comportamento informacional deste usuário. (AGUIAR, 2012, p. 38)

Fialho; Andrade (2007) comprovaram a importância das escolas onde há bibliotecas com livros suficientes por alunos e programas que interagem com seu desempenho e proporcionam melhores notas.

A comunidade bibliotecária, através de lutas e reivindicações conseguiu sensibilizar o presidente da república à sancionar a Lei 12.244/10, dando um prazo de dez anos para que todas as bibliotecas escolares do país tenham profissionais de biblioteconomia dentro das bibliotecas escolares de todo país. No primeiro artigo está escrito que: “as instituições de ensino público e privado de todo país contarão com bibliotecas, nos termos da Lei” (BRASIL, 2010). A diferença entre a biblioteca escolar pública e a particular é a atuação do profissional bibliotecário. Nas bibliotecas particulares a presença do profissional é constante, já nas públicas esse fato é uma exceção devido ao descaso total que é dada a educação. Muitas vezes existem escolas sem bibliotecas, e quando têm são salas improvisadas com funcionários desabilitado para exercer a função do bibliotecário.

O segundo artigo da lei afirma que: “[...] para fins desta Lei, considera-se bibliotecas escolar a coleção de livros, materiais vídeo gráficos e documentos registrados em qualquer suporte destinados a consulta, pesquisa, estudo ou leitura”. (BRASIL, 2010, n.p.), Portanto

O descaso pela biblioteca e a sua subutilização evidenciam o desinteresse pela promoção da leitura, que começa na educação de base, onde o professor, a pretexto de cumprir o “*programa curricular*” não utiliza os recursos disponíveis no seu acervo, transformando-se, ele e o livro didático, nas únicas fontes de conhecimento. Enquanto isso, a biblioteca, que nesse contexto é considerada como um “apêndice” da escola, se vê fadada ao fracasso, sem professores, sem alunos, entregue nas mãos de pessoas que, em muitos casos não têm compromisso e nem o mínimo de formação na área, foram” sorteadas” para tomar conta dela. (MAROTO, 2012, p. 64).

O parágrafo único da Lei 12.244/10 relata que

Será obrigatório um acervo de livros na biblioteca de, no mínimo, um título para cada aluno matriculado, cabendo ao respectivo sistema de ensino determinar a ampliação deste acervo conforme sua realidade, bem como divulgar orientação de guarda, preservação, organização e funcionamento das bibliotecas escolares.. (BRASIL, 2010, n. p.)

Segundo Polke (1973, p. 69) relata: “Queremos crer que o problema da não – existência da biblioteca escolar já esteja encaminhando para solução gradual. Os primeiros passos já foram encetados pela Escola Polivalente”. A Lei 12.244/10 veio confirmar que nada foi mudado desde 1973 em relação à situação da biblioteca escolar no Brasil. O terceiro artigo da Lei 12.244/10 afirma que “ os sistemas de ensino do país deverão desenvolver esforços progressivos para que a universalização das bibliotecas escolares, nos termos previstos nesta Lei, seja efetivada num prazo de dez anos” (BRASIL, 2010, 2010 n. p.)

2.6 Catalogação nas bibliotecas escolares

O ser humano sempre teve a obrigação de guardar e organizar o conhecimento, desde os tempos mais remotos a catalogação na biblioteca escolar precisa ser feita de forma simples, indexando os livros por assunto ou até mesmo usando o título, autor, ISBN, utilizando fitas adesivas coloridas para facilitar a busca dos alunos. O advento dos computadores nas bibliotecas permitiu que vários serviços se realizassem com rapidez e facilidade, sobretudo a organização e recuperação da informação.

As novas tecnologias informacionais permitiram melhoria nos serviços oferecidos das bibliotecas em todo os aspectos. O processamento técnico tornou-se mais rápido e menos desgastante, houve progresso na qualidade do atendimento ao usuário e o acesso à informação tornou-se disponível de forma mais rápida e segura. Além disso, as bibliotecas puderam disponibilizar suas bases de dados on-line, iniciando a comunicação entre bibliotecas e tornando mais fácil o acesso à informação. (RODRIGUES, PRUDÊNCIO, 2010, p.5)

Certamente um dos serviços impactos foi a catalogação do acervo. Segundo Santos (2010, p. 29), “a catalogação também servirá para inventário, para recuperar dados de livros já esgotados, e abre um leque de possibilidade para o futuro”, sendo assim.

A organização do conhecimento é um campo que sistematiza o conhecimento para sua recuperação, um campo que tente desempenhar um papel de comunicação e intercâmbio do conhecimento. Tem por objetivo apoiar os processos de ensino-aprendizagem, incentivar e oferecer subsídios às atividades de investigação científica. (MORAES, 2017, p. 6)

Para Ottonicar, Santos e Moraes (2017), as organizações modernas precisam de atualizações nas informações e conhecimentos para a tomada de decisões e nas soluções de problemas. Contudo a tecnologia da informação e comunicação tem apressado a produção de informações nos ambientes externos e internos à organização, portanto.

A internet é uma das maiores fontes de pesquisas das organizações, principalmente pela velocidade e pelo baixo custo de acesso. Por causa disso, surgem diferentes maneiras de organizar a informação que podem ser direcionadas pela organização da informação e do conhecimento. A classificação da informação e do conhecimento é utilizado pelas áreas da biblioteconomia e arquivologia, entretanto pode ser apropriada pela Gestão a fim de contribuir com o tratamento das informações e do conhecimento no contexto organizacional. (OTTONICAR; SANTOS; MORAES, 2017, p. 3).

Ainda seguindo a linha de pensamento dos autores, a organização do conhecimento é um campo criado tanto para o conhecimento como para a recuperação da informação, exerce seu papel na comunicação ligado ao conhecimento.

As bibliotecas e outras unidades de informação têm como grande preocupação a organização das informações. Segundo Almeida Junior (2014, p. 2), “para que haja o acesso, é necessário que as informações e os documentos sejam organizados e tratados da melhor maneira”.

Nos sistemas de informação e recuperação, o tratamento da informação é indicado com a função de descrever os documentos, tanto do ponto de vista físico como temático, em razão que:

O tratamento da informação pode variar de acordo com o nível de detalhamento desejado num determinado sistema ou de acordo com o instrumental utilizado. Essas decisões vão ser determinadas, em parte, pelo tipo de sistema de informação ou recuperação de informação em que ocorre esse tratamento. Assim vai-se observar que na catalogação de livros não se atribui mais que dois ou três cabeçalhos de assunto a um livro, sendo que para a grande maioria dos livros as bibliotecas costumam utilizar apenas um cabeçalho. No outro extremo, vamos encontrar os índices/abstracts relativos à produção científica, onde é comum a atribuição de duas ou três dezenas de cabeçalhos a um único documento. (DIAS, 2001, p. 7).

Segundo Vianna (2016), na antiguidade as paredes das bibliotecas eram usadas como catálogos, nelas eram escritas os livros existentes nas bibliotecas, ajudando na identificação e localização nas estantes.

A organização da informação nas bibliotecas escolares é fator fundamental para promover a autonomia na construção da competência informacional infantil. As tecnologias da informação têm transformado toda sociedade, inclusive as crianças, as quais desde cedo tem passagem livre aos diversos recursos informacionais. Para Aguiar (2012), as tecnologias exigem que as crianças sejam independentes no que diz respeito à busca do conhecimento. De acordo com Aguiar (2012) “o fato é que, se por muito tempo, a criança não foi vista como usuária potencial de informação, e sim como depositaria de conteúdos preestabelecidos pelos currículos escolares”.

As crianças precisam ser inseridas à sociedade da informação e do conhecimento, é necessário oferecer recursos informacionais para adaptá-las ao meio. Para Aguiar (2012), “mais que habilidades tecnológicas, é imprescindível estabelecer condições para que este público desenvolva a assimilação de conteúdos e estabeleça uma consciência crítica diante da grande quantidade de informações disponíveis”.

Segundo Milanesi (2002), a eficácia da biblioteca está na localização do livro. Desse modo entende-se que a organização das bibliotecas se faz justamente para atender o anseio e diminuir o tempo do usuário.

Para Fujita (2003), a organização da informação é um processo ligado ao tratamento intelectual da informação, o qual abrange as análises descritivas e temáticas da informação, por meio da catalogação, classificação e indexação. De acordo com Côrtes (2009, p. 69) “As atividades de identificação, registro, catalogação, classificação, preparação física e armazenamento do documento em uma biblioteca são atividades permanentes e contínuas, porque o crescimento do acervo é dinâmico, a cada dia chegam novos documentos.”

A catalogação nas bibliotecas escolares é feita do mesmo modo que as demais bibliotecas, visando a recuperação da informação, portanto

Os sistemas de classificação, os códigos de catalogação e, mais recentemente, os formatos de intercâmbio bibliográfico (padrões que possibilitam o intercâmbio de dados catalográficos por computador) constituem os instrumentos básicos que bibliotecários do mundo inteiro costumam utilizar para organizar os acervos das bibliotecas, sejam elas compostas de milhões de volumes, como, por exemplo, a Library of Congress, dos Estados Unidos, sejam elas bibliotecas escolares com uma pequena coleção. (VIANNA, 2016, p. 45).

O aluno que vai a biblioteca escolar deve poder encontrar por si só a obra que corresponde às suas expectativas, conhecendo as suas referências ou o tema do qual deseja informação e para tal deve existir uma boa indexação e classificação. Segundo Silva (2002), a classificação e a indexação da biblioteca escolar ajudam a localizar os documentos nas estantes.

É importante ressaltar as características da catalogação nas bibliotecas escolares, que tenha um sistema adequado compatível com o público; recuperação por autor, título e assunto; acesso remoto (AGUIAR, 2012). Deve-se levar em conta o público, os recursos financeiros e o tamanho da biblioteca.

3 METODOLOGIA

De acordo com os autores Rampazzo; Corrêa (2008, p.11), “etimologicamente metodologia significa o estudo dos caminhos, dos instrumentos usados para se fazer pesquisa científica, os quais possibilitam desenvolvê-la de forma eficiente”.

Este trabalho apresenta processos metodológicos usados para o desenvolvimento da pesquisa a partir de objetivos delineados que ajudarão na verificação do problema apresentado. Segundo a abordagem, essa pesquisa pode ser classificada como qualitativa (RAMPAZZO; CORRÊA, 2008). Quanto aos objetivos a pesquisa é classificada como descritiva (GIL, 2002), que segundo Rudio (1991) tem a função de descrever os dados, classificá-los e interpretá-los.

Gil (2010, p.1) define pesquisa “como o procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos”. A pesquisa está alicerçada em métodos de abordagem, instrumentos, análise e interpretação dos dados coletados, metodologia é o “conjunto de métodos, regras e postulados utilizados em determinadas disciplinas e sua aplicação”. O método é o meio pelo qual se chega ao conhecimento.

Utilizando o questionário como forma de coleta de dados, as perguntas visaram obter as informações sobre as bibliotecas pesquisadas. O questionário é uma forma de investigação para levantar dados e características que definem uma população (GIL, 2010).

Para melhor atendimento dos processos metodológicos a pesquisa teve como objetivo principal conhecer como a catalogação é feita nas bibliotecas escolares da rede particular de ensino de Aracaju. O questionário é um dos métodos de coleta de dados mais utilizado, através dele é possível adquirir as respostas necessárias do informante. Para Marconi; Lakatos (2010, p.184) “questionário é um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que podem respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador”. Para elaboração deste trabalho foi construído um questionário com roteiro pré-estruturado, o qual se constituiu um instrumento para obter as informações precisas dos bibliotecários escolares de cada unidade de ensino da rede particular em Aracaju.

Para Fachin, (2006, p. 12) universo “é o conjunto de atributos que serão alvo de investigação e, por isso, transformar-se-ão em fontes de informação.”. A amostra de pesquisa foi composta pelas escolas de ensino particulares da cidade de Aracaju, que possuíam

bibliotecas, bibliotecários formados e sistema automatizado de bibliotecas. Segundo Rampazzo; Corrêa (2008, p. 87), “ amostra é a representação menor de um todo maior, a fim de que o pesquisador possa analisar um dado universo”.

As escolas escolhidas foram: Colégio Master, CCPA, Colégio Americano Batista, Colégio Arquidiocesano, Colégio do Salvador, Colégio de Orientação e Estudos Integrados (COESI), Colégio Módulo e Colégio Amadeus, os quais possuem biblioteca e bibliotecários formados atuando, bem como *softwares* de gerenciamento de acervo, constituindo a amostra da pesquisa.

O questionário (anexo A) foi construído com base nas variáveis subjacentes ao problema de pesquisa, envolvendo questões sobre formato MARC 21, sistema de gerenciamento de bibliotecas, catalogação, campos utilizados na catalogação e acesso remoto ao catálogo. Segundo Fachin (2006, p. 71) “ variável é um aspecto ou dimensão de fenômeno - ou propriedade desse aspecto ou dimensão - que em dado momento da pesquisa pode assumir diferentes valores”. As mesmas variáveis serão usadas para análise dos dados, sendo as respostas tabuladas e analisadas com o objetivo de responder o problema inicial e os objetivos da pesquisa.

3.1 Caracterização das escolas pesquisadas

A pesquisa foi realizada em escolas da rede privada do município de Aracaju, escolhidas de acordo com os seguintes critérios: presença de bibliotecas, sistemas informatizados e profissionais formados em Biblioteconomia. Seguem algumas características gerais das escolas pesquisadas, mantendo-se o anonimato das mesmas.

O colégio A foi fundado em 1957 com apenas sete alunos, a instituição foi fundamentada na fé católica onde seus fundadores são religiosos, e até dias atuais se mantem a mesma linha religiosa. Juntamente com as atividades curriculares a instituição oferece uma educação tecnológica, projetos inovadores, uma educação ambiental, incentivo ao esporte, curso de preparação para o Enem e pré-vestibular. A escola procura investir nos colaboradores de maneira que transformem as novas gerações em seres humanos mais felizes.

O colégio B foi construído no dia 02 de fevereiro de 1935 a irmã Zilda fundou o colégio situado na rua São Cristóvão, com apenas 15 alunos. Já no ano de 1942 a instituição foi transferida para a rua Ivo do Prado no centro da cidade. O colégio hoje atende do ensino infantil ao ensino médio, no qual são adotados valores humanos e religiosos; sua estrutura é

composta por um laboratório de informática, biblioteca, laboratório químico, capela, área interna/área de lazer, área infantil, área externa, salas de aula.

O colégio C nasceu do ano de 1995, como um curso de reforço de matemática em matérias isoladas, já em 1987 iniciou suas atividades como ensino médio, no ano de 2006 a escola foi transferida para a sede atual com uma estrutura moderna, no mesmo ano foi inserido o ensino infantil, fundamental e o ensino médio. A proposta da escola é dar prioridade a formação do discente fundamentada no questionamento e indagação, estimulando na conduta crítica e na criatividade do aluno.

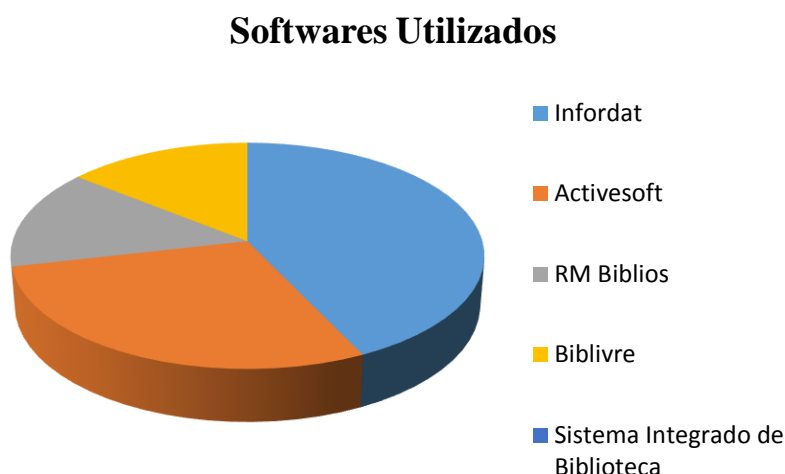
O colégio D nasceu em 1951 quando um grupo de norte-americanos chegou ao Estado de Sergipe, conseqüentemente deu início a uma educação cristã. O colégio se caracteriza por unir habilidades pedagógicas na formação humana, baseado nos princípios cristãos, alicerçado na vivência das virtudes humanas.

O colégio E fundado em 1980, através do curso de matemática, entretanto foi em 1995 que a instituição foi transferida para sua sede atual, a qual oferece à comunidade escolar, desde o ensino infantil até o ensino médio, além de outras atividades escolares.

O colégio F nasceu em 12 de fevereiro de 1982, em uma residência, porém foi no ano de 1987 que a instituição foi construída no endereço atual, um ambiente confortável o qual oferece uma infraestrutura moderna. A instituição oferece além das disciplinas curriculares, como o ensino infantil, fundamental e médio para a população escolar, atividades físicas e atividade extracurricular.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Antes da coleta de dados foi realizado um agendamento prévio com as oito bibliotecárias para responderem ao questionário entre os dias 15 e 30 do mês de agosto de 2018. A aplicação do mesmo se deu presencialmente pela pesquisadora. O processamento dos dados foi feito pelo Excel, o qual resultou no quadro e gráficos. Os resultados estão no gráfico 01: A questão seguinte trata-se do *software* utilizado nas bibliotecas escolares. De acordo com a pesquisa várias bibliotecas utilizam *softwares* proprietários, mas contrariando a maioria existem algumas escolas particulares que usam o *software* livre, com uma boa qualidade no serviço prestado aos seus alunos. Os mesmos não têm custo com sua instalação, contudo pode haver um custo nas atualizações. Segundo Garcia et al (2010, p. 108) “as maiores empresas do mundo cooperativo são as que mais utilizam o *software* livre”. Demonstram os *softwares* utilizados nas bibliotecas dos colégios.



A Infodat Processamento de dados/ Sigma Web & Design⁵ é uma empresa sergipana que produz vários módulos de gerenciamento de unidades escolares, classificados em: módulos acadêmicos, administrativos, auxiliares e internet. Dentro os auxiliares encontra-se o de biblioteca. Na pesquisa esse sistema foi encontrado em três bibliotecas, ele permite o cadastro do acervo; o controle de empréstimo, devolução e reserva de livros; a geração de etiquetas para fixa nos exemplares e a emissão de relatórios.

⁵ www.infordat-aju.com.br Acesso em 22 fev. 2019.

O RM Biblios é um *software* usado em algumas bibliotecas escolares. o mesmo tem a função de cuidar do acervo em geral. O RM Biblios usa os campos do MARC 21 como: autor, assunto, idioma, publicação. É feito também o cadastro dos usuários e controle de empréstimos. O sistema CCPA em uma biblioteca e o Biblivre em uma biblioteca. Desses *softwares*, apenas o Biblivre é livre, os demais são *softwares* proprietários.

A Actiivesoft⁶ é uma empresa brasileira com 20 anos, atendendo as instituições educacionais do Norte e Nordeste do Brasil, com os módulos de Gestão Acadêmica, Financeira, e Sistemas Complementares. Nesse último entram os sistemas Portal Web, Matricula On-line, Diário de Classe On-line, Biblioteca, Almoxarifado e App Agenda Activesft.

O sistema de biblioteca Activesoft atende bibliotecas universitárias, escolares, especializadas e particulares de pequeno, médio e grande porte. Tem como principais características:

- Catalogação de matérias conforme o AACR2R, permitindo a entrada de todos os tipos de itens do acervo, como livros, periódicos, mapas, multimídia, etc;
- Interação de usuários com o sistema Acadêmico, evitando duplicação de cadastros e inconsistências de dados, Segurança nas rotinas de empréstimos, devolução e renovação, pois o sistema faz varias verificações para assegurar que todas as regras de circulação definidas pela biblioteca serão cumpridas;
- Caixa de recebimento;
- Segurança e auditoria, que garantem a definição de níveis de permissão por usuário e rastreabilidade de alterações realizadas,

Possui ferramentas para customizar regras de catalogação, circulação e formato das etiquetas, as etiquetas podem ser impressas com tarjas coloridas; gera referências dos matérias segundo a NBR ABNT 6023, faz importação de dados em formato MARC, gera ficha catalográfica, permite cadastro e registro de ambientes e gera diversos tipos de relatórios, bem como carta de cobrança e declaração de nata consta..

⁶ www.activesoft.com.br. Acesso em :22 fev.2019

A Corpore Totvs⁷, empresa brasileira sediada no Rio de Janeiro, produz o *software* RM Biblios para gestão bibliotecária; o mesmo administra várias funções da biblioteca, permite o cadastramento de publicações e usuários e controla todos os processos de empréstimo do acervo. Quanto ao sistema da Biblioteca Prof. Marcos Pinheiro Monteiro (ccpa) não houve retorno por parte da bibliotecária, em relação aos seus detalhamentos.

A questão três se refere aos campos do formato MARC 21, a maioria dos catalogadores preenche todos os campos do formato MARC, mas alguns preenchem o mínimo possível dos campos. Os resultados estão no quadro 3 abaixo.

Quadro 3 - Os campos do MARC 21 Trabalhados nas Bibliotecas

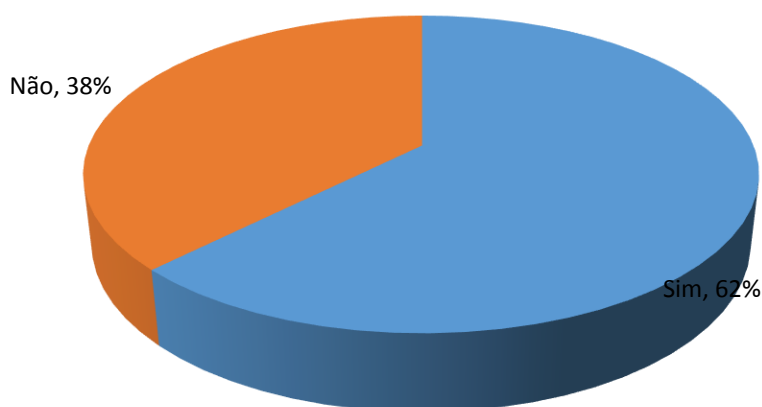
Campos do MARC 21	Bibliotecas
001	H
003	G,H
005	G,H
008	D,G,H
020	C,D,F,G,H
040	C,D,G,H
041	D
080	A,B,C,D,E,F,G,H
082	G,H
090	A,D,F,G,H
100	A,B,D,E,F,G
110	A,D,F
111	D
130	D,E
240	D,G,H
245	A,B,C,D,F
250	A,B;D,E,F,
260	A,B,D,E,F,G,H
300	D,E,F,G,H
490	F
600	A,B
650	D,F,G,H

Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

⁷ corporesolucoes.com.br. Acesso em 22.fev.2019.

De acordo com a pesquisa realizada nas bibliotecas, cinco bibliotecas têm uma política de catalogação e três não as possuem; no entanto as que disseram ter não apresentaram suas políticas. Os resultados estão no gráfico 2:

Gráfico2- Política de Catalogação



Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

A política de catalogação tem a finalidade de permitir a melhoria dos serviços da biblioteca, dando condições aos usuários e funcionários desta unidade de informação, facilitando a circulação do acervo, mas.

Assim como as Políticas Institucionais de Catalogação, os Manuais de Catalogação são empregados para garantir mais consistência ao catálogo bibliográfico da Instituição, ou Rede de Cooperação, e, consequentemente, para agregar mais qualidade aos serviços aos produtos. (ESPÍNDOLA; PEREIRA, 2018, p.149)

Para Espíndola; Pereira, (2018), com o planejamento é possível prever qualquer problema que poderá surgir no futuro durante a execução das tarefas, pesquisando qual a melhor conduta a ser seguida na tomada de decisão, garantindo assim que os objetivos sejam alcançados, entretanto.

O planejamento pode ser empregado a diversos processos de uma Unidade de Informação, dentre eles a catalogação. Compreende-se que ao planejar e ao avaliar o processo de catalogação, o catalogador possui maior embasamento para tomar decisões, para propor melhoria às atividades desempenhadas e para traçar ações que agreguem cada vez mais qualidades os registros catalográficos gerados, e, por conseguinte, ao catálogo bibliográfico. (ESPÍNDOLA; PEREIRA, 2018, p.76).

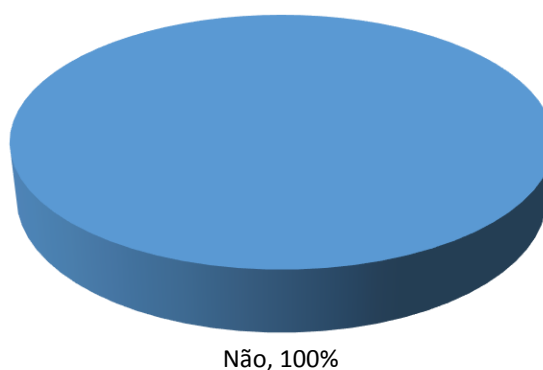
Todavia:

A política Institucional de catalogação não pode ser vista como eterna e imutável, pois deve ser revista periodicamente e alterada conforme a necessidade da Unidade de Informação. Sendo assim, entende-se como indispensável a atualização e a revisão periódicas de tais políticas, de forma que suas diretrizes reflitam as mudanças que ocorrem na unidade de informação e no perfil de sua comunidade usuária. (ESPÍNDOLA; PEREIRA, 2018, p. 78).

A política de catalogação tem que ser atualizada constantemente, para que os serviços das bibliotecas sejam desenvolvidos e que toda a faça seu serviço com perfeição, e que biblioteca tenha eficácia e eficiência na disseminação da informação.

A questão seguinte se refere ao intercâmbio e cooperação entre bibliotecas, porém o que se pode observar é que nenhuma das bibliotecas pesquisadas realizam qualquer tipo de intercâmbio. Os resultados estão no gráfico 3.

Gráfico 3 - Intercâmbio/Cooperação



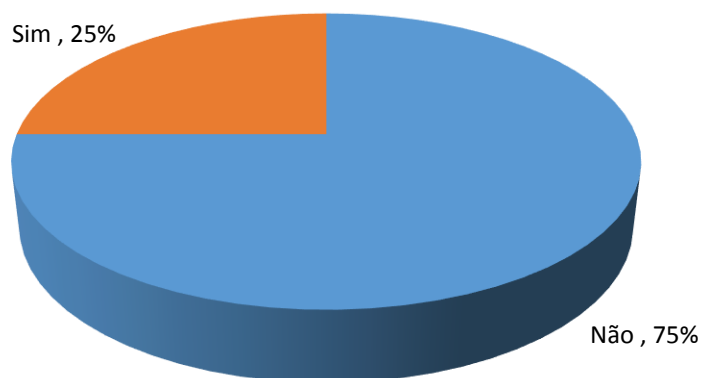
Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

A principal competência da biblioteca é fornecer informação, serviços e produtos aos usuários, de acordo com suas necessidades, assim sendo.

A cooperação e o intercâmbio de informações entre bibliotecas surge como uma solução a esta competência e se baseia inicialmente na compreensão clara do valor da informação contida nas bibliotecas e também na análise cuidadosa dos benefícios que essa atividade trará para seus usuários. Cada biblioteca definirá até que ponto se engajará na atividade de cooperação e intercâmbio, determinado sua participação em programas, como empréstimo entre unidades de informação, aquisição planejada, consórcios, e comutação bibliográfica; catálogos coletivos, dentre outros. (AMARAL; BRITO; CALABRAZ, 2013, p. 2).

O gráf. 4 demonstra o acesso remoto das bibliotecas: 75% das mesmas não oferecem acesso remoto ao catálogo, com exceção de um colégio.

Gráfico 4 - Acesso Remoto



Fonte: dados da pesquisa, 2018.

De acordo com a pesquisa apenas uma biblioteca oferece acesso remoto aos estudantes, sendo um ponto que requer mudanças, desse modo.

Assim a questão com que nos deparamos actualmente é ainda outra coisa: há um espaço mundial aberto, sem fronteiras, acessível remotamente em tempo real, desde qualquer lugar e a qualquer hora, onde é possível encontrar informação, muitas vezes organizada, sobre um número infinito de matérias. Esse espaço é a internet e o que se convencionou chamar o WWW, ou seja, a *WORLD WIDE WEB*. (NUNES, 2018, p. 2).

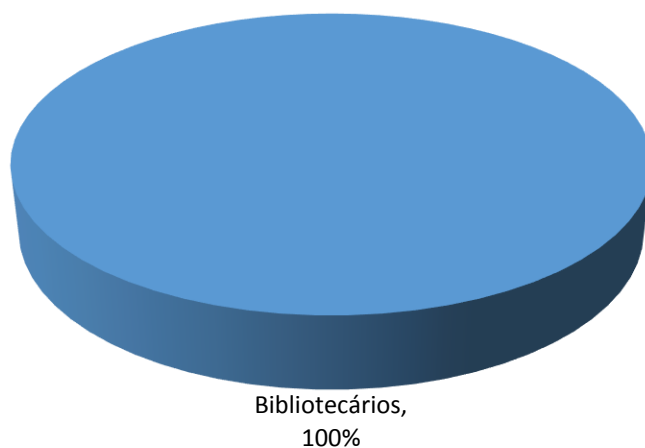
O acesso remoto ajuda os alunos a acessarem o acervo da biblioteca fora da mesma, bem como outros serviços como reservas, por meio do acesso via *browser*.

A questão seguinte quis identificar se aqueles que exercem as atividades de catalogação nas bibliotecas escolares são bibliotecários. De acordo com a Lei 12.244/10, art.4º.

Num prazo máximo de dez anos, a orientação e a supervisão das Bibliotecas Escolares deverá ficar a cargo de Bacharéis de Biblioteconomia, auxiliados por técnicos em Biblioteconomia, designados pelos órgãos de administração dos sistemas de ensino (BRASIL, 2010, n. p.).

O bibliotecário é a única pessoa especializada para fazer a catalogação nas bibliotecas. Os resultados estão no gráfico 5:

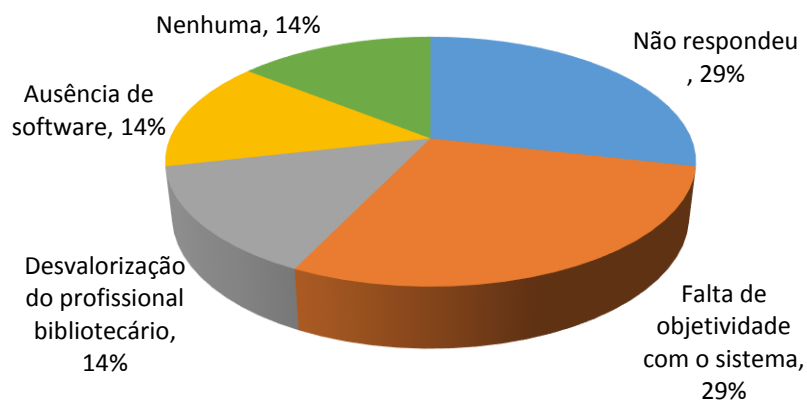
Gráfico 5 -Catalogadores



Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

Embora se tenha questionado sobre as dificuldades no processo de catalogação, os profissionais fizeram questão de mencionar alguns desafios que vêm enfrentado, tais como: desvalorização dos profissionais, ausência de um *software* de boa qualidade e de um sistema mais objetivo para os usuários. Os resultados estão no gráfico 6.

Gráfico 6 - Dificuldades encontradas nas bibliotecas



Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

Os gráficos utilizados fornecem uma dimensão de como se encontra a catalogação nas bibliotecas escolares particulares de Aracaju, em relação aos *softwares* utilizados, aos campos do MARC 21, à política de catalogação, ao intercâmbio/cooperação, ao acesso remoto, aos profissionais catalogadores e às dificuldades encontradas nas bibliotecas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com a pesquisa realizada, a maior parte das bibliotecas escolares analisadas utilizam *softwares* proprietários para a automação do sistema, apenas uma das bibliotecas utiliza o Biblivre, isso vem demonstrar que o *software* livre também pode ser usado em qualquer tipo de biblioteca. Os bibliotecários precisam entender que ao escolherem um *software* livre na automação das bibliotecas, estão minimizando gastos com a possibilidade de terem um ótimo funcionamento no gerenciamento do sistema das bibliotecas (CRUZ, 2015).

O *software* Biblivre é interessante de ser usado pelo seu baixo custo. Uma vantagem em usar o *software* livre ao proprietário é justamente o código fonte, por não tornar o usuário dependente da tecnologia proprietária (HEXSEL, 2002). Isso demonstra que é uma boa opção para qualquer biblioteca, e só depende de um suporte para mantê-lo.

Apesar de apenas uma biblioteca fazendo uso é importante conhecer as vantagens do Biblivre para as bibliotecas escolares, tais como baixo custo; pois não fica refém de tecnologia proprietária; independência de fornecedor único; desembolso inicial próximo de zero; não obsolescência do hardware; robustez e segurança; possibilidade de adequar aplicativos e redistribuir versão alterada; suporte abundante e gratuito; sistemas e aplicativos geralmente confiáveis.

O formato MARC 21 é o formato padrão para o *software* de biblioteca, seja ele proprietário ou livre. O MARC 21 é usado no mundo inteiro, sendo um registro bibliográfico legível por computador, semelhante ao catálogo, sobretudo de forma que um computador saiba interpretar as informações presentes nas fichas catalográficas.

O computador requer o registro por uma linguagem de máquina para interpretar a informação na descrição bibliográfica. Para Baptista (2006, p. 7) “a partir das informações gerais do formato MARC 21 vem-se estabelecendo métodos de ensino com o uso de *software* que adotam o formato, com intuito de aproximar a prática e a teoria”. O padrão MARC previne a duplicidade do material e possibilita que recursos bibliográficos possam ser compartilhados entre bibliotecas.

A política de catalogação é indispensável para todas as bibliotecas. De acordo com a pesquisa apenas três delas afirmaram possuir uma política, contudo nenhuma delas

apresentou sua política, a qual vai direcionar o comportamento do bibliotecário e influenciar diretamente na recuperação da informação.

De acordo com a pesquisa, os catalogadores são todos bibliotecários formados. Segundo Campello (2008, p. 9), “desta forma, observa-se o profissional é o responsável pelo desenvolvimento e aperfeiçoamento de técnicas de organização e representação constantes em diferentes suportes, para fins de recuperação, uso e reuso”. O bibliotecário é o profissional habilitado que tem o conhecimento específico para lidar com a informação na biblioteca escolar. Nessa perspectiva, a pesquisa demonstrou que a catalogação nas bibliotecas escolares é feita pelos bibliotecários, o que é condizente com a legislação da profissão.

As bibliotecas pesquisadas não realizam nenhum tipo de intercâmbio/ cooperação entre si. Sugere-se nesse ponto que seja criado um grupo ou uma rede para reportar eventos, experiências, produção e publicação sobre a temática no Estado de Sergipe. Apenas uma biblioteca entre as pesquisadas oferece acesso remoto ao catálogo, sendo um ponto crítico a ser repensado. As dificuldades encontradas nas bibliotecas de Aracaju não são diferentes das bibliotecas escolares de muitas escolas do Brasil, ainda estão distantes dos parâmetros ideais, não podendo ser consideradas como centros ativos de aprendizagem.

De acordo com a pesquisa há uma predominância de bibliotecária na gerência das bibliotecas, não foi encontrado nenhum bibliotecário em nenhuma delas. Até onde se tem conhecimento as bibliotecas escolares de Sergipe são geridas apenas por profissionais femininas. No entanto, espera-se que esse quadro mude, já que existem vários bibliotecários sendo formados no estado.

A pesquisa abre um leque para se investigar o tocante a infraestrutura e catalogação nas bibliotecas escolares do estado de Sergipe, bem como as atividades que esses bibliotecários vêm desenvolvendo e sua conexão com a equipe pedagógica da escola. Vale ressaltar que Sergipe vem promovendo o Encontro de Bibliotecas Escolares a cada ano, viabilizado pela Associação de Profissionais Bibliotecários e Documentalistas do Estado de Sergipe (APBDSE) e pelo curso de Biblioteconomia e Documentação da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Esse tem se configurado como um importante fórum para os bibliotecários sergipanos, no tocante ao reconhecimento e valorização desses espaços dentro da escola.

Embora essa pesquisa tenha se concentrado na realidade das bibliotecas particulares, um diagnóstico da rede pública também se faz urgente e necessário. É sabido que as redes municipal e estadual não possuem bibliotecas escolares, mas sim salas de leitura.

Urge que bibliotecas escolares sejam implementados nas escolas com a devida infraestrutura: bibliotecários concursados, tecnologias, espaço e equipamentos adequados. Por fim, acredita-se que essa pesquisa cumpriu os objetivos propostos e trouxe uma contribuição importante sobre o cenário da catalogação nas bibliotecas escolares de Aracaju, porque demonstrou o cenário de catalogação das bibliotecas escolares de Aracaju e poderá servir como fonte de consulta para pesquisas futuras.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, N. C. Organização da informação em bibliotecas escolares: contribuição para a competência informacional infantil. **Bibl. Esc. Em Rev.**, Ribeirão Preto, v. 1, n. 2, p. 31- 44, 2012. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/berev/article/view/106562/105159>. Acesso em 26 ago. 2018.

AGUIAR; N. C. **Comportamento e competência informacional infantil**: o olhar da ciência da informação sobre a geração digital. 2013. Dissertação (mestrado em Ciência da Informação)- Departamento de Ciência da Informação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/15658>. Acesso em: 27 ago. 2018.

ALENCAR, A. F.; GADOTTI, M. A migração do *software* proprietário para o *software* livre como processo pedagógico, **Cad. Pes.**, São Luís, v. 21, n. 2, maio/jun. 2014. Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/2967/1565>. Acesso em: 02 out. 2017.

ALMEIDA JUNIOR, O. F.; SANTOS NETO, J. A. dos. Mediação da Informação e a Organização do Conhecimento: Interrelações, **Inf. Inf.**, Londrina, v. 19, n. 2, p. 98-116, maio/ago., 2014. Disponível em: http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/16716/pdf_25. Acesso em: 17 jul. 2007.

ALVES, M. D. R.. ; SOUZA, M. I. F. Estudo de correspondência de elementos metadados: DUBLIN CORE e MARC21. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciências da Informação**, Campinas, v. 4, n. 2, p. 20-38, jan./jun., 2007. Disponível em: <http://www.sub.unicamp.br/ser/ojs/index.php/rbci/article/view/358>. Acesso em: 20 dez. 2018.

AMARAL, R. M; BRITO, A. G. C. de; CALABRAZ, A.P.A. Cooperação e intercâmbio em bibliotecas universitárias. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 25., 2013, Florianópolis. **Anais [...]** Disponível em: <https://www.portal.febab.org.br>. Acesso em: 05 jul. 2017.

AMORIM, A. M.; DAMASIO, E. **O Gnuteca e o OpenBiblio**: avaliação de *softwares* livres para a automação de bibliotecas. 2009. Disponível em: eprints.rclis.org/livro. Acesso em 05 jul. 2018.

ANDRADE, M. E. A. A biblioteca faz a diferença. In: CAMPELO, B. S. **A biblioteca escolar**: temas para uma prática pedagógica. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. p. 13-15.

ASSUMPÇÃO, F. S.; SANTOS, P. L. V. A. C. Representação no domínio bibliográfico: um olhar sobre os Formatos MARC 21. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 20, n.1, p. 54-74, jan./mar., 2015. Disponível em: www.portalperiodicos.eci.ufmg.br. Acesso em: 01 out. 2018.

BAPTISTA, D. M. A catalogação como atividade profissional especializada e objeto de ensino universitário. **Inf. Inf.**, Londrina, v. 11, n. 1, jan/jun., 2006. Disponível em: www.uel.br. Acesso em: 01 out. 2018.

BARBOSA, A. P. **Novos rumos da catalogação**. Rio de Janeiro: BNG/ Brasilart, 1978. 245 p.

BARBOSA, J. S. et al. Avaliação comparativa do software Pergamum entre usuários de uma biblioteca pública e de uma biblioteca universitária. **Rev. Dig. Ci. Inf.**, Campinas, v. 10, n. 1, 2012, p. 164-179. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/1903/pdf_36. Acesso em: 15 out. 2018.

BIBLIVRE versão 5. S. L.: Itáu Cultural, s.d. 64 p.

BRASIL. Senado Federal. **Lei 12244 de maio de 2010**. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br>. Acesso em: 11 fev. 2018.

BRUNA, D.; ALVES, E. Catalogação: análise e parâmetros gerais da representação da informação. In: ENCONTRO REGIONAL DE ESTUDANTES DE BIBLIOTECONOMIA DOCUMENTAÇÃO, CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO, XIV. **Anais [...]**, Maranhão, 2011. Disponível em: <https://docplayer.com.br/4661270-Catalogacao-analise-e-parametros-gerais-da-representacao-da-informacao-1.html>. Acesso em: 12 jun. 2018.

BUENO, N. **Conceitos e discussão sobre *software* livre, *software* aberto e *software* proprietário**. Universidade de São Paulo-USP. Disponível em: https://oer.kmi.open.ac.uk/?page_id=1356. Acesso em: 10 abr. 2018.

CAMPELLO, B. S. et al. A competência informacional na educação para o século XXI. In: CAMPELLO et al. **A biblioteca escolar: temas para uma prática pedagógica**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. p. 9-11.

CASTRO, F. F.; SANTOS, P. L. V. A. C. Uso das tecnologias na representação descritiva: o padrão de descrição bibliográfica semântica MarcOnt *initiative* nos ambientes informacionais digitais, **Ci. Inf.**, Brasília, v. 38, n. 1, p. 74-85, jan./abr., 2009. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1256>. Acesso em: 02 dez. 2017.

CASTRO, F. F. **Elementos de interoperabilidade na catalogação descritiva**: configurações contemporâneas para a modelagem de ambientes informacionais digitais. 2012. Dissertação (Doutorado em Ciência de Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual de São Paulo, 2012. Disponível em: http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNSP_13c3052e6f26fa9bba3a4089ce528897. Acesso em: 01 set. 2018.

CÔRTEZ, A. R.; BANDEIRA, S. P. **Biblioteca escolar**. Brasília: Briquet de Lemos, 2009.

COSTA, J. F. **O papel da biblioteca escolar no processo de ensino-aprendizagem**. 2013. Trabalho de conclusão de curso (graduação em Biblioteconomia)- Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, 2013. Disponível em: bdm.unb.br/bitstream/10483/6092/1/2013-Jessica-FernandesCosta.pdf. Acesso em: 02 set. 2018.

CRUZ, F. B. S. **O uso do *software* na unidades de informação em Aracaju**: um levantamento de sua utilização. 2015. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Biblioteconomia e Documentação)- Núcleo de Ciência da Informação, Universidade Federal de Sergipe, 2015. Disponível em: <http://ri.ufs.br/handle/riufs/6651>. Acesso em: 15 maio 2018.

DAMASIO, E.; RIBEIRO, C. E. N. *Software* livre para bibliotecas, sua importância e utilização: o caso GNUTECA. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Brasília, n. 4, p.70-86, 2006. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/2036>. Acesso em 01 dez. 2018.

DIAS, E. W. Contexto digital e tratamento da informação. **Data Grama Zero- Revista de Ciências da Informação**, v. 2, n. 5, out., 2001. Disponível em: www.brapci.inf.br/index.php/article. Acesso em: 20 maio 2018.

DIEHL, A. **A pesquisa em ciências sociais aplicadas**: métodos e técnicas. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

DIRETRIZES da IFLA/Unesco para bibliotecas escolares. 2005. Disponível em: <https://www.ifla.org/files/school.../school-ibray-guidelines_pt.br.pdf>. Acesso em 20 de out. 2017.

ESPÍNDOLA, P. L.; PEREIRA, A. M. Análise das políticas institucionais de catalogação em bibliotecas de ensino superior de Florianópolis (Santa Catarina, Brasil). **Biblios**, Santa Catarina, n. 69, p. 73-86, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.org.pe/pdf/biblios/n69/a05n69.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2019.

FACHIN, O. **Fundamentos de metodologia**. 5. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2006.

FIALHO, J. F.; ANDRADE, M. E. A. Comportamento informacional de crianças e adolescentes: uma revisão de literatura estrangeira. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 36, n. 1. p. 20-34, jan./abr., 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-19652007000100002&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 01 dez. 2018.

FUJITA, M. S. L. A identificação de conceitos no processo de análise de assunto para indexação. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 1, n.1, p. 60-90, jul./dez. 2003. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/2089>. Acesso em: 04 nov. 2018.

GARCIA, M. N. et al. *Software* livre em relação ao *software* proprietário: aspectos favoráveis e desfavoráveis percebidos por especialistas, **Gestão & Regionalidade**, v. 26, n. 78, set./dez., 2010. Disponível em: http://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_gestao/article/view/1061. Acesso em: 05 out. 2018.

GOMES, M. F. de M. et al. *Software* livre, licenciamento de *software* e acesso ao conhecimento, **Revista do Programa de Pós- Graduação em Direito da USP**, v. 36, n. 2, jul./dez., 2016. Disponível em: <http://periodicos.ufc.br/nomos/article/view/1436>. Acesso em: 02 fev. 2019.

GIL, A C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.175 p.

GIL, A. C. **Como elaborar um projeto de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 184 p.

GUIM, V.L. R.; FUJITA, M. S. L. Bibliotecas escolares e as linguagens de indexação. **Bibl. Esc. em R.**, Ribeirão Preto, v. 4, n. 2, p.75-93, 2016. Disponível em: www.revistas.usp.br/berev/article/view. Acesso em: 27 ago. 2018.

HATSEL, I.N. **Resource description and access (RDA)**: evolução no conceito da catalogação. 2012. Trabalho de conclusão de curso (graduação em Biblioteconomia)- Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/99191>. Acesso em: 01 fev. 2019.

HEXSEL, R. **Software Livre**: proposta de ações de governo para incentivar o uso de *software* livre. Paraná: Universidade Federal do Paraná, 2002. Disponível em: http://www.inf.ufpr.br/pos/techreport/RT_DINF004_2002.pdf. Acesso em: 27 nov. 2017.

HILLESHEIM, A.I. de A.; FACHIN, G. R. B. Biblioteca escolar e a leitura. **Revista ACB: Biblioteconomia**, Santa Catarina, v.8/9, p. 35-45, 2003. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/404>. Acesso em: 05 jul. 2017.

LEMO, D. S. **A biblioteca escolar nos processos de ensino-aprendizagem**: o cenário da produção acadêmica. Niterói: [s.n.], 2015. Disponível em: <https://app.uff.br/>. Acesso em: 05 fev. 2018.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Editora Atlas, 2010. 297 p.

MAROTO, L. H. **Biblioteca escolar, eis a questão!:** do espaço do castigo ao centro do fazer educativo. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

MESSINA-RAMOS, M. A. F. **Manual para entrada de dados bibliográficos em formato MARC 21**: ênfase em obras raras e especiais. Belo Horizonte: Editora ufmg, 2011. 272 p.

MEY, E. S. A.; SILVEIRA, N. C. **Catalogação no plural**. Brasília: Briquet de Lemos, 2009. 217 p.

MEY, E. S. A.; SILVEIRA, N. C. **Introdução à catalogação**. Brasília: Briquet de Lemos, 1995. 123 p.

MILASENI, L. **Biblioteca**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.

MODESTO, F. Panorama da catalogação no Brasil: da década de 1930 aos primeiros anos do século XXI. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO, 22., 2007, Brasília. **Anais [...]** Brasília: FEBAB, 2007, p. 1-22. Disponível em: <https://www.researchgate.net>. Acesso em: 23 out. 2017.

MORAES, F.; VALADARES, E.; AMORIM, M. M. **Alfabetizar letrando na biblioteca escolar**. São Paulo: Cortez, 2013.

NASCIMENTO, H. H. A. Impacto financeiro na adoção de *software* livre em uma instituição governamental. **Revista Eletrônica Multidisciplinar Pindorama do Instituto Federal da Bahia-IFBA**, n. 01, ano I, ago., 2010. Disponível em: <https://publicações.ifba.edu.br>. Acesso em: 01 jul. 2018.

NUNES, M. B. **Do lugar físico ao sítio virtual**: o fio Ariadne das bibliotecas públicas no mundo da *Web*. Disponível em: ler.letras.up.pt/ficheiro. Acesso em: 01 fev. 2019.

OKADA, S. Y. ; ORTEGA, C. D. Análise da recuperação da informação em catálogo on-line de biblioteca universitária. **Inf. Inf.**, Londrina, v. 14, n.1, p.18-35, jul./jun. 2009. Disponível em: www.uel.br. Acesso em: 03 abr. 2017.

OTTONICAR, S. L. C. ; SANTOS, B. R. P. dos; MORAES, I. S. Aplicabilidade da competência informacional e da organização do conhecimento no processo de gestão da informação. **Rev. Digit. Bibliotecon. Cienc. Inf.**, Campinas, São Paulo, v. 15, n. 3, p. 629-646, set./dez., 2017. Disponível em: <http://periodicos.sbu.unicamp.br>. Acesso em: 20 maio 2018.

POLKE, A. M. A. A biblioteca escolar e o papel na formação de hábitos de leitura. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 2, n.1, p. 60-72, mar. 1973. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br>. Acesso em: 03 fev. 2018.

RODRIGUES, A. M. M.; PRUDÊNCIO, B. C. Automação: a inserção da biblioteca na tecnologia da informação. **Biblionline**, João Pessoa, v. 5, n.1/2, 2009. Disponível em: www.periodicos.ufpb.br. Acesso em: 10 maio. 2018.

RODRIGUES, C, S.; TEIXEIRA, M. V. Aplicabilidade dos campos 400 e 800-830 do formato MARC 21 para dados bibliográficos. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 39, n. 3, p. 47-60, set./dez, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br>. Acesso em: 12. jan. 2019.

RAMPAZZO, S. E; CORRÊA, F. Z M. **Desmistificando a metodologia científica**: guia prático para produção de trabalhos acadêmicos. Erechim: Habilis, 2008.

RUDIO, F. V. **Introdução ao projeto de pesquisa científica**. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 1991.

SAWAYA, M. R. **Dicionário de informática e internet: inglês português**. São Paulo: CEETEPS, 1999.

SANTOS, J.G. **Biblioteca escolar infantil: organização da informação frente à tecnologia**. 2010. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Biblioteconomia e Ciência da Informação), Universidade de Brasília, 2010. Disponível em: bdm.unb.br/handle/10483/1157. Acesso em: 05 out. 2018.

SILVA, J. L. C. Perspectivas históricas da biblioteca escolar no Brasil e análise da Lei 12.244/10. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v.16, n. 2, p. 489-517, jul/dez. 2011. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br>. Acesso em 20 nov. 2017.

SILVA, L. C.; BAPTISTA, D.M. Entre a teoria e o ensino no formato MARC 21: a metodologia da Universidade Federal de Goiás. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE CATALOGADORES, 9., 2013, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro, 2013.

SILVA, A. C. O. **A biblioteca escolar e o acesso ao conhecimento: classificar e indexar**. 2002. Disponível em: http://eprints.rclis.org/9106/1/A_Biblioteca_Escolar_e_o_acesso_ao_conhecimento.pdf. Acesso em: 19 out. 2018.

SILVA, J. F. M. da. *Software* livre: modelos de seleção como subsidio à gestão bibliotecária. In: **CBBB- CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**, 22., 2007. **Anais [...]** Brasília: FEBAB, 2007. Disponível em: <http://www.ec.usp.br>. Acesso em: 19 out. 2018.

VÁLIO, E. B. M. Biblioteca escolar: uma visão histórica. **Transinformação**, Campinas, v. 2, n. 1, p. 15-24, jan/abr.,1990. Disponível em: www.periodicos.puc.campinas.edu.br. Acesso em: 13 out. 2017.

VIANNA, M. M. A organização da coleção. In: Campello, B. (Org). **A biblioteca: temas para uma prática pedagógica**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

ZAFALON, Z. R. **Formato MARC 21 bibliográfico: estudo e aplicações para livros, folhetos, folhas impressos e manuscritos**. São Carlos: Edufscar, 2012.

TCLE- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Prezada participante:

Sou estudante do curso de Biblioteconomia e Documentação da Universidade Federal de Sergipe. Estou realizando uma pesquisa sob a orientação da professora Dra. Janaina Fialho, cujo objeto da pesquisa é a catalogação nas bibliotecas escolares de Aracaju.

Sua participação envolve uma entrevista na qual responderá perguntas relacionadas ao tema da pesquisa. A participação nesse estudo é voluntária e se você decidir não participar ou quiser desistir de continuar a qualquer momento, tem absoluta liberdade de fazê-lo.

Na publicação dos resultados desta pesquisa, sua identidade será mantida no mais rigoroso sigilo. Serão omitidas todas as informações que permitam identificá-lo (a).

Mesmo não tendo benefícios diretos em participar, indiretamente você estará contribuindo para a compreensão do fenômeno estudado para a produção de conhecimento acadêmico.

Quaisquer dúvidas relativas à pesquisa poderão ser esclarecidas pela pesquisadora acadêmica Hortência Nicácio pelo telefone 99888-2670 ou email hortencian28@gmail.com.

Atenciosamente,

Assinatura do acadêmico

Local e data

Assinatura da professora orientadora

Consinto em participar deste estudo e declaro ter recebido uma cópia deste termo de consentimento.

Nome e assinatura do participante

Local e data

APÊNDICE B- Questionário

1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

IDADE:

SEXO:

2. QUAL O SOFTWARE UTILIZADO PELA BIBLIOTECA (NOME E VERSÃO UTILIZADA)

3. QUAIS OS CAMPOS DO FORMATO MARC 21 SÃO TRABALHADOS NA CATALOGAÇÃO?**4. A BIBLIOTECA POSSUI ALGUMA POLÍTICA DE CATALOGAÇÃO?**☐ SIM☐ NÃO**5. A BIBLIOTECA PARTICIPA DE ALGUM PROGRAMA DE INTERCÂMBIO/COOPERACAÇÃO NA CATALOGAÇÃO?**☐ SIM☐ NÃO**6. A BIBLIOTECA OFERECE ACESSO REMOTO AO CATÁLOGO?**☐ SIM☐ NÃO

7. QUEM PARTICIPA NO PROCESSO DA CATALOGAÇÃO?

- ☐ BIBLIOTECÁRIO
☐ AUXILIAR DE BIBLIOTECA
☐ OUTROS (INDIQUE)
-

8. QUAIS DIFICULDADES VOCÊ ENCONTRA NO PROCESSO DE CATALOGAÇÃO EM SUA BIBLIOTECA?

OBRIGADA!